



Pág. 3/4

**CENTENAS DE MILHAR DE MANIFESTANTES EXIGEM**

# DEMISSÃO DO GOVERNO



Págs. 5/6/7

Dois dias de trabalho num ambiente de fraterno entusiasmo garantiram a concretização do lema do 2.º Congresso da JCP

# COM A FORÇA DA JUVENTUDE A CERTEZA DO FUTURO

NOS CENTROS DE TRABALHO

## BANCAS DE NATAL

Artesanato • Livros • Discos  
Recordações • Materiais do Partido  
• Gravuras • Desenhos • etc. • etc.

UMA OFERTA DIFERENTE  
UMA AJUDA AO PARTIDO

## Suplemento



## LUTA SOLIDÁRIA E UNIDADE

Delegações em Portugal a convite do PCP

- Frente Popular de Libertação da Palestina
- Fatah

A convite do Comité Central do Partido Comunista Português, visitou Portugal uma delegação da Frente Popular de Libertação da Palestina dirigida por Samer Salaa, membro do Bureau Político e do Secretariado do Comité Central da FPLP e integrada também por Yacoub Dwani, membro do Comité Central. A delegação da FPLP teve conversações com uma delegação do PCP composta por Alvaro Cunhal, secretário-geral, Sérgio Vilarigues, membro da Comissão Política e do Secretariado e Albano Nunes, membro do CC e responsável da Secção Internacional.

Também a convite do PCP se encontra no nosso país uma delegação da Fatah, dirigida por Fida Hamed, membro do Comité Central, e integrada por Zeyad Al Aprash, Nimer Hamed e Yehia Rabah. A delegação da Fatah manteve conversações com uma delegação do PCP composta por Alvaro Cunhal, Sérgio Vilarigues e Domingos Lopes, suplente do CC.

Nas páginas 8 e 9 do primeiro caderno deste número publicamos os comunicados conjuntos das visitas das delegações da Frente Democrática de Libertação da Palestina e do Partido Socialista Progressista do Líbano, (a que nos referimos na passada semana) e da Frente Popular de Libertação da Palestina.



A delegação da Frente Popular de Libertação da Palestina (em cima) e da Fatah com as delegações do PCP no decorrer das conversações



No próximo número publicaremos entrevistas com estas delegações, assim

como o documento final saído das conversações com a delegação da Fatah.

# SEMANA

12  
Quarta-feira



Recebidos com os pés na mesa

Torna-se notícia a arrogância com que ontem o Primeiro-Ministro Mário Soares recebeu uma delegação dos Conselhos das Comunidades Portuguesas de França e RFA, que segundo a referida delegação foi ao ponto de o actual Primeiro-Ministro receber os representantes destas importantes comunidades de emigrantes com os pés em cima da mesa e interrompendo-os constantemente, a delegação acabaria por se retirar, indignada, dando por concluída a «recepção». ■ A inspecção-geral do Ministério da Administração Interna propõe a dissolução da Câmara Municipal de Pinhel, na sequência de um inquérito administrativo às actividades e gerência da edilidade, presidida pelo CDS. ■ O CDS apresenta na Assembleia da República uma moção de censura ao Governo PS/PSD. ■ Nova e vasta operação antimáfia em Itália desencadeada pela polícia prende na cidade de Catania cerca de uma centena de pessoas (constantes de uma emissão de mais de 400 mandatos de captura); entre os detidos encontram-se o presidente do Tribunal da Relação da cidade (a segunda da Sicília), o vice-presidente do tribunal, de 2.ª instância, um tenente-coronel dos carabinieri e pelo menos quatro outros oficiais superiores, para além de advogados e homens de negócios.

13  
Quinta-feira



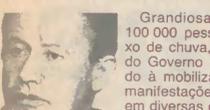
«Dar» trabalhadores portugueses aos EUA

Um plenário dos trabalhadores portugueses empregados na Base das Lages, nos Açores, repudia o acordo estabelecido entre as autoridades norte-americanas e o Ministério da Defesa português, de que é titular Mota Pinto, considerando que tal acordo viola as leis laborais portuguesas e a dignidade nacional ao atribuir competência ao comando norte-americano da base para despedir pessoal segundo o sistema de classificação oficial dos EUA. ■ Segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), a inflação registada entre Janeiro e Novembro de 1984 foi de 29,7%, com exclusão das rendas de habitação. ■ Os escritores Oscar Lopes e Vergílio Ferreira são galardoados, respectivamente, com os prémios «Jacinto do Prado Coelho» e «Prémio da Crítica», atribuídos pela Associação dos Críticos Literários (ACL). ■ Abre em Madrid o 30.º Congresso do Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE). ■ O parlamento da CEE rejeita por maioria esmagadora o projecto de orçamento da CEE para 1985, no valor de quase 20 milhões de dólares. ■ Rodney Arismendi, secretário-geral do Partido Comunista do Uruguai, afirma que o PCU será legalizado a partir de 1 de Março de 1985.

14  
Sexta-feira

«Soares e Mota Pinto ainda fazem voz grossa, mas já não têm força nas pernas», afirma Alvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, num comício de solidariedade com o Partido Socialista Progressista Libanês, em Algés, comentando o total isolamento a que chegou este Governo. ■ O III Torneio Internacional de Halterofilia da Cidade de Almada, que deveria realizar-se neste fim-de-semana, é cancelado devido às dificuldades postas pelas autoridades portuguesas à concessão de vistos a toda a equipa soviética convidada. ■ Os ministros dos NE da NATO, reunidos ontem e hoje em Bruxelas, aprovam um comunicado final onde se afirmam dispostos a um «diálogo construtivo» com os países do Tratado de Varsóvia e reiteram, por outro lado, a decisão de prosseguir a instalação dos mísseis norte-americanos «Cruise» e «Pershing II» na Europa Ocidental.

15  
Sábado



Thorn e o «boss»

Grandiosa manifestação com mais de 100 000 pessoas desfilou em Lisboa, debaixo de chuva, exigindo a demissão imediata do Governo Soares/Mota Pinto, respondendo à mobilização da CGTP-IP; decorreram manifestações com os mesmos objectivos em diversas cidades do País. ■ Discursando em Bruxelas perante o secretário de Estado dos EUA, George Schultz, o presidente da «Comissão Europeia», Gaston Thorn, afirma que «subsistem certos problemas» para o alargamento da CEE, «especialmente o impacto económico que tal medida terá para os Estados Unidos». ■ A agência TASS anuncia que foi hoje lançada do centro espacial de Baikonur a sonda automática soviética «Vega-1» em direcção ao planeta Vénus e à trajectória do cometa Halley. ■ Um bando do grupo terrorista «Renamo» assassinou ontem, segundo revela a imprensa, a tiro e à punhalada, um cidadão português, um sueco e nove moçambicanos, numa emboscada a 60 km de Maputo.

16  
Domingo

Termina no Pavilhão do Sacavenense o II Congresso da JCP, que se realizou durante o fim-de-semana, com a aprovação de uma resolução política na qual se definem os 25 pontos de uma nova política para a juventude. ■ Morre, com 68 anos de idade, o escultor Aureliano Lima, pioneiro em Portugal da escultura em ferro; natural de Carregal do Sal vivia há longos anos em Vila Nova de Gaia. ■ Prosseguem em Moscovo os preparativos para o XII Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes, que decorrerá nesta cidade de 27 de Julho a 3 de Agosto do próximo ano. ■ Termina o 30.º Congresso do PSOE com a reeleição de Felipe Gonzalez e a aceitação total da sua política, mesmo em questões controversas como a NATO e a CEE. ■ A OLP responsabiliza os serviços secretos sionistas pelo assassinato em Roma do seu militante Ismail Darwish, ocorrido anteontem.

17  
Segunda-feira

Segundo denuncia o matutino «o diário» o Governo Soares/Mota Pinto deu directivas aos conselhos de gestão da Banca Nacionalizada para abrirem linhas de crédito ao «Manufacturers Hanover Trust Company», dos EUA, o que se traduz pelo absurdo da Banca portuguesa estar a financiar a filial de um gigante da banca multinacional. ■ Os trabalhadores da empresa do «Jornal do Comércio» encerram os portões do edifício, em Santa Catarina, Lisboa, de forma a impedir a entrada do administrador Tomás Rosa, que acusam de má gestão. ■ Sublinhando que ainda não tinha tomado uma decisão final sobre o assunto, uma vez que a adesão dos países ibéricos «ainda não estava decidida», o presidente François Mitterrand menciona pela primeira vez a convocação em França de um referendo sobre a adesão de Portugal e da Espanha à CEE.

18  
Terça-feira

Inicia-se na Assembleia da República o debate de uma moção de censura apresentada pelo CDS; o Grupo Parlamentar do PCP anuncia que irá votar favoravelmente embora «por razões opostas» às daquele partido. ■ Comerciantes de Braga bloqueiam durante 10 horas o acesso ao Mercado Municipal como forma de protesto contra uma decisão camarária que consideram lesiva dos seus interesses. ■ Uma força policial intervém no «Jornal do Comércio» para permitir a entrada do Tomás Rosa, administrador que os trabalhadores acusam de má gestão, exigindo a sua demissão. ■ PCP reclama a cessação imediata «dos apoios e facilidades» concedidos à Renamo e a «outros grupos fantoches que actuam impunemente em Portugal». ■ Os Estados Unidos dão o primeiro passo para a concretização do programa de militarização do espaço entregando as primeiras dez encomendas no âmbito da pesquisa para a criação de armas cósmicas. ■ Jornal saudita afirma que Israel prepara em segredo o seu potencial atómico.

## Editorial

# DINÂMICA DE MASSAS PARA A DEMISSÃO DO GOVERNO

Uma poderosa resposta de massas à política do Governo Soares/Mota Pinto marcou impressivamente a situação portuguesa no último fim-de-semana. Arrostando a rudeza do temporal, com particular rigor na região de Lisboa, onde a chuva caiu em bátegas sobre os manifestantes, muitos milhares de portugueses em cinco grandes concentrações populares, demonstrando elevada combatividade, consciência política e unidade, exigiram nas ruas a urgente demissão do Governo PS/PSD e uma pronta viragem na política nacional que vá ao encontro e dê solução cabal aos agudos problemas do povo e do País.

Numa dinâmica de massas deve igualmente integrar-se o II Congresso da JCP, uma vigorosa e notável realização juvenil destinada a uma forte repercussão na unidade, no movimento e na luta da juventude portuguesa.

Sob o influxo das potentes manifestações dos dias 15 e 16, várias outras acções estão previstas até ao final do ano e delas resultarão seguramente novos avanços na luta dos trabalhadores e do povo pelas suas reivindicações imediatas, pela defesa da democracia e do 25 de Abril.

Em contraste com estas potentes afirmações do movimento popular de massas o último fim-de-semana foi também fértil em inequívocas mostras da profunda degradação política resultante da acção do Governo e em novas manifestações da deterioração e da crise interna da coligação governante.

Estas duas características dos acontecimentos da semana reforçam a convicção de que estão maduras as condições para uma urgente mudança de política e de governo e para uma necessária solução política no quadro das instituições que rasgue o caminho para uma alternativa democrática.

Durante a atribulada «renegociação» do acordo de governo e de regime entre o PS e o PSD revelou-se a profundidade das tensões, tricas e conflitos internos da clique governante em consequência da sua falência política.

Nos pontos e medidas inseridos no «acordo» revelou-se também, como foi salientado pelo PCP, a natureza profundamente reacçãoária dos novos compromissos assumidos pelos dois comparsas da coligação.

Viu-se no decurso das negociações como o Primeiro-Ministro, em desespero de causa, ante a hipótese de um não apoio à sua candidatura a Belém, pelo PSD, esgotou todos os recursos da sua estafada oratória para tentar mascarar sob um eufemístico «últimato», o completo enfundamento dos soaistas ao projecto da contra-revolução em conluio com as forças mais reacçãoárias do quadro político-social português.

Numa evidente tentativa de paralisar qualquer iniciativa institucional para a sua demissão e do seu Governo, Soares tentou demonstrar que um tal passo produziria um vazio político e graves prejuízos para a economia e a estabilidade social do País, levadas por ele a uma situação de desastre.

Mário Soares prenunciou mesmo que a demissão do Governo poderia levar ao fim da democracia!

A lengalenga do vazio político e da impossibilidade de uma alternativa ao Governo actual foi mais uma vez borda-

da pelo Primeiro-Ministro na resposta à moção de censura do CDS, apresentada ao parlamento na sessão de terça-feira, e ainda em discussão na Assembleia da República. Mário Soares depois do «jogo de poker» com o seu parceiro de coligação tenta agora fazer «bluff» com o País para tentar passar a difícil curva da falência política do Governo.

Entretanto, o panorama da coligação continua sombrio, os factores de crise multiplicam-se, as perspectivas de agravamento das condições de vida dos trabalhadores e do povo são reais.

O Conselho Nacional do PSD, realizado no fim-de-semana no Estoril, mostrou como os comparsas do PS na coligação governante e seus aliados no projecto da contra-revolução se encontram divididos, como os conflitos de interesses, de grupo e de ambições pessoais de chefia se tornaram mais agudos.

É evidente que o «vice» Mota Pinto, actual presidente do PSD e aliado secreto da conspiração presidencialista de Mário Soares, encontrou cada vez mais dificuldades em arremetimento o seu partido à estratégia soaísta de Poder.

Mota Pinto, aliado de Mário Soares desde a cisão do antigo PPD e da sua inclusão como ministro do Comércio no chamado segundo governo constitucional dirigido por Soares, tenta agora arrancar, de qualquer maneira, do estado-maior do seu partido a legitimidade para assegurar a continuidade e a garantia das suas próprias ambições políticas.

O «concílio» do Estoril, terminado pela falta de «quorum» com as defecções de algumas das mais fortes «sensibilidades» do PSD, sancionou contra a corrente o facto consumado dos acordos com o PS que o professor de Coimbra considerou «uma grande vitória»!

Mota Pinto abandonado por alguns dos mais fortes «barões» do seu partido, mas apoiado pela estranha figura do ex-maquista Heduino Gomes, e pelo hilariante «ministro da conspiração dos pregos», Ângelo Correia, seus principais arrimos, procura fazer triunfar a sua ambigua estratégia dirigente do PSD.

Mário Soares foi a Tróia, acompanhado pelo divisionista da UGT, Torres Couto, ludibriar os socialistas que fazem parte de Comissões de Trabalhadores sobre a situação real da economia portuguesa e os planos do seu Governo.

Soares não hesitou em mentir descaradamente aos seus ouvintes sobre o aumento real da taxa de inflação que ele pôs em 22%, de Dezembro de 83 a Dezembro de 84, quando os próprios números de origem oficial atiram para 30%.

Ali mesmo, de frente da capital do distrito onde o drama do desemprego e dos salários em atraso está provocando manifestações de miséria e fome visíveis e até denunciadas pelo próprio bispo de Setúbal, o Primeiro-Ministro disse que «a quebra do poder de compra dos trabalhadores em 1984 não foi trágica» que «o emprego não é uma situação difícil em Portugal!» O turtufismo do Primeiro-Ministro não tem limites.

# Governo PS/PSD apoia os grupos que em Moçambique assassinaam portugueses

1. Os sucessivos assassinatos de cidadãos portugueses cometidos deliberadamente por grupos de bandidos que, com o apoio do imperialismo e do regime terrorista da África do Sul, actuam na República Popular de Moçambique, não podem deixar de suscitar uma veemente indignação por parte da opinião pública nacional.
2. Tais assassinatos de cidadãos portugueses pela Renamo, em território da República Popular de Moçambique, constituem uma grave questão política que põe directamente em causa o Governo PS-PSD.
3. Com efeito, é uma escandalosa afronta e uma vergonha inadmissível que organizações fantoches que raptam e assassinam cidadãos portugueses (que exercem pacificamente as suas actividades profissionais em Moçambique) contínuem a beneficiar, no território de Portugal, de vastos apoios, facilidades e complicitades, incluindo a nível oficial e governamental, para as suas criminosas actividades de conspiração contra países amigos.

4. Uma tal situação põe em clamorosa evidência a hipocrisia do Governo, dos partidos que o apoiam, das forças e círculos reacçãoários portugueses, quando falam dos «direitos humanos» ou desencadeiam e patrocinam campanhas pretensamente humanitárias. De facto, só fingem ferver em indignação e humanitarismo quando se trata de caluniar e provocar países e Estados soberanos que resistem à estratégia agressiva do imperialismo e procuram assegurar e defender a sua independência. Em contrapartida contra a vida de cidadãos portugueses os crimes cometidos por organizações fantoches como a Renamo não só não lhes merecem qualquer séria condenação, como beneficiam mesmo de uma ostensiva tolerância ditada por notórias razões de solidariedade política.
5. Acompanhando a dor das famílias dos cidadãos portugueses que têm sido assassinados pela Renamo e condenando firmemente esses e outros crimes e violências, o PCP reafirma a urgência do desmantelamento das estruturas e actividades da Renamo e de outros grupos fantoches que actuam impunemente em Portugal, do termo imediato dos apoios e facilidades que lhes têm sido concedidos e da adopção de energias medidas, designadamente no plano judicial, para incriminar e levar a julgamento chefes dessas organizações terroristas que, possuindo formalmente a cidadania nacional, podem e devem ser considerados autores morais do homicídio premeditado dos nossos compatriotas.

# Saudação ao Congresso do P. T. da Jamaica

O CC do PCP enviou ao 3.º Congresso do Partido dos Trabalhadores da Jamaica a seguinte saudação:

Queridos Camaradas, O Comité Central do Partido Comunista Português saúda fraternalmente o 3.º Congresso do Partido dos Trabalhadores da Jamaica e, por intermédio dos seus delegados, todos os comunistas e o povo trabalhador do vosso país. Queremos aproveitar esta ocasião para vos expressar a

solidariedade dos comunistas portugueses para com a luta do PTJ em defesa dos interesses da classe operária e das massas trabalhadoras, contra a política reacçãoária e de submissão ao imperialismo norte-americano do actual governo, em defesa da independência nacional, pelo progresso social e o socialismo.

O fortalecimento e a acção do vosso Partido e demais forças democráticas e progressistas da Jamaica constitui uma importante contribuição à luta

dos povos da América Central e Caraíbas contra a política agressiva do imperialismo norte-americano e, em particular face às ameaças e agressões contra a Revolução Sandinista da Nicarágua e a insurreição popular de El Salvador com que somos activamente solidários.

Desejando os melhores sucessos aos trabalhos do vosso Congresso expressamos-vos a nossa vontade de continuar a agir para o desenvolvimento das relações de amizade e solidariedade entre os nossos dois partidos, com base nos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário, no interesse da causa comum do socialismo e da paz.

Viva o 3.º Congresso do Partido dos Trabalhadores da Jamaica!  
Viva a amizade e solidariedade entre o PCP e o PTJ!  
Viva o internacionalismo proletário!

A SIP do PCP

**a mais bela prenda!**

edições **Avante!**



## Hospital da Figueira a pedir saúde...

A política de desastre e ruína que tem caracterizado a condução do País pelo Governo PS/PSD tem no domínio da saúde incidências particularmente negativas nas condições de vida das populações, afectando gravemente o funcionamento das instituições de saúde, traduzindo-se no despedimento de técnicos, na dificuldade de contratação de novos técnicos e na aquisição de bens de consumo indispensáveis ao seu eficaz funcionamento, na impossibilidade de aquisição de equipamento prioritário.

Que o diga o Hospital Distrital da Figueira da Foz cujas dificuldades financeiras têm impedido o pagamento a tempo e horas aos fornecedores, elevando-se o montante das dívidas a qualquer coisa como 40 mil contos.

Quem vem a público denunciar esta e outras situações é o Secretariado da célula do PCP naquele Hospital através de um comunicado intitulado «faces desta política de desastre» onde se afirma que, por exemplo, nos últimos três meses, não são pagas nem aos funcionários dos Serviços Gerais nem aos enfermeiros e médicos os períodos nocturnos, chegando estes últimos a nem sequer receber as horas extraordinárias praticadas no serviço de urgência.

Dando conta de algumas situações que considera inaceitáveis o comunicado refere a não abertura de concurso para preenchimento de vagas existentes no quadro; o caso das obras de lavandaria praticamente paralisadas por falta de pagamento aos empreiteiros; o encerramento de metade do segundo piso por falta de financiamento para a realização de obras.

Enquanto isso, referem ainda os comunistas do Hospital, a morgue encontra-se feita há cerca de dois anos mas está votada ao abandono e à destruição sistemática, continuando os cadáveres a «percorrer inexplicavelmente mais de 50 metros de via pública desde a saída do hospital até à actual morgue».

Como se vê, um Hospital que, a exemplo do Governo, está a pedir que lhe tratem da saúde...

## Mulheres reforçam trabalho unitário

As mulheres comunistas de Santiago, concelho de Sesimbra, reuniram-se recentemente em plenário no «Espaço Cultural» do edifício onde está instalada a sede da Junta de Freguesia.

Contando com a participação de Conceição Moraes, membro suplente do CC, a reunião dedicou especial atenção à participação das comunistas sesimbrenses no trabalho unitário, designadamente nas acções de luta em curso contra o Governo PS/PSD.

**Avante!**  
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

**O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo**

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português. Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 - Lisboa CODEX. Tel. 768345

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa CODEX. Tel. 769725 769722

DISTRIBUIÇÃO:  
CDL, Central Distribuidora Livreira, SARIL Serviços Centrais Av. Santos Dumont, 57 - 2.º - 1000 Lisboa. Tel. 779828 779825 769751

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Seculo, 80 - 1200 Lisboa Tel. 372238

Centro Distribuidor de Évora: Alarcão de Baixo, 13 - 7000 Évora Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.ª de Dezembro, 23 - 8000 Faro Tel. 24417

Delegação do Norte  
Centro Distribuidor do Porto: R. Miguel Bombarda 578 - 4000 Porto. Tel. 623608 626615

Centro Distribuidor de Coimbra: Terreno da Evva. 6 - 3000 Coimbra Tel. 28394

ASSINATURAS:  
Av. Santos Dumont, 57.4.º Esq.º - 1000 Lisboa Tel. 768402

EXPEDIÇÃO:  
R. João de Deus, 24 - Venda Nova 2700 Amadora. Tel. 900044

PUBLICIDADE CENTRAL:  
Alameda S.º António dos Capuchos, 6-B - 1100 Lisboa Tel. 726936 726750  
Porto - Rua do Almada, 18-2.º Esq.º - 4000 Porto. Tel. 361067

Composto e impresso na Heka Portuguesa - R. Elias Garcia, 27 - Venda Nova - 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205-84

Tiragem média do mês de Novembro: 39 507 ex.

Nacional

# Demissão urgente do Governo exigida na manifestação de Lisboa

Ainda não são três horas da tarde de sábado e a Avenida da Liberdade esvazia-se de trânsito, preparada para a grande manifestação. Há gente que sobe ao encontro da aglomeração que já se formou no Marquês de Pombal e só raras pessoas — principalmente idosos — se sentam nos bancos aguardando o momento de integrar o desfile. Uma «casa» aparece ao fundo da avenida e sobe-a correndo. É montada sobre uma pequena camioneta, apenas um cenário de cartão pintado, as paredes ostentando reivindicações sobre a habitação para os portugueses, contra o aumento das rendas arquitectado pelo Governo de Soares e Pinto. Toda a manifestação, de resto, é isso: a reivindicação de direitos, o protesto contra a política do Governo. Mais ainda: a exigência da sua demissão.

Não foi preciso assinar nenhum acordo para que milhares de trabalhadores e de democratas se pussem de acordo sobre o fundamental, sobre a necessidade de demitir o Governo e de mudar de política. Mais do que demonstrar o monstruoso escândalo que é a actuação do Governo PSD, mais do que revelar os problemas e o aprofundamento da crise a que tal actuação dá lugar, mais do que protestar contra o agravamento das condições de vida do povo e contra o desmantelamento da economia, o sentido da manifestação foi declaradamente político. Trabalhadores activos, desempregados, homens e mulheres com salários em atraso ou com contratos a prazo, reformados, jovens, todos de acordo, mostrando a sua determinação em lutar pela demissão deste Governo.

Convocada pelos sindicatos, manifestação de trabalhadores portanto, esta que encheu a avenida no sábado conseguiu,

por outro lado, mostrar a larga unidade de muitas camadas da população e o isolamento do



executivo de Mário Soares que nem pelos partidos da coligação é apoiado convincentemente.

## Abril e os outros

Quem ali foi — aos milhares desafiando o céu coberto —, representava Abril. Não deixou de ser significativo que, dias antes, personalidades que haviam, em Abril passado, convocado uma manifestação unitária comemorando a liberdade, houvessem agora apelado à participação nesta, contra um Governo e uma política que trai Abril e as conquistas da Revolução. Foi o retrato dos problemas e da crise que o País sofre que desfilou na avenida e com ele as forças que conseguirão fazer sair Portugal do desastre.

A abrir a manifestação, a Lisnave. «Por uma vida digna, trabalho, liberdades», eram as palavras. Iam desfilando muitas delegações de trabalhadores do sector público, empunhando faixas contra a destruição das empresas — CTT, EDP, EPAL, EPAC. É um rio de gente que desce a avenida, a partir da concentração do Marquês. Na



Rua Braamcamp aguardam milhares de trabalhadores do distrito de Setúbal, com a Setenave à frente.

De repente, um sopro de vento faz drapejar as bandeiras vermelhas, vergar as armações dos panos, esticar as faixas. A ameaça da chuva concretiza-se e a água desaba furiosamente. Não mais vai parar até final da manifestação. Capuzes cobrem as cabeças, um mar de guarda-chuvas abre-se. Ninguém arreda pé, todos já sabiam o que os esperava de tempestade, os passos vão firmemente avançando no piso alagado.

No cimo de um carro «alegórico» meia dúzia de «capitalistas», envergando fraques e cartolas, sentam-se à mesa do «banquete» agora molhado, encimado por uma frouxa bandeira dos EUA. CIP, CAP, UGT, «concertam-se», à mesa do «rigor e austeridade». Mas a imagem do humor arquitectado pelas figuras surge, com a chuva, ainda mais real — a festa está a acabar, vem aí a luta dos oprimidos.

Um bombo marca um compasso determinado, aí pelo meio do desfile. São jovens e são muitos e, entre eles, os participantes no Congresso da Juventude Comunista Portuguesa que interrompeu os seus trabalhos para que os delegados e convidados pudessem participar na luta desse dia.

Outros congressistas também interromperam os debates e vieram à rua engrossar a manifestação: os da Federação da Celulose, Papel, Gráfica e Imprensa, com o pano do Congresso bem vivo à frente da delegação, os da Federação dos Sindicatos da Hotelaria, bandeiras ao vento.

Na manifestação integrou-se uma delegação do PCP que, além de camaradas da DORL e da DORS, integrava Álvaro Cunhal, Ângelo Veloso, Jorge Araújo e Bernadina Sebastião.

## Está na hora!

De muitas manifestações que a avenida e outras avenidas viram passar, sabe-se que elas trazem consigo palavras de ordem que ecoam nos prédios, mensagens da multidão



em luta. São frases-resumo de uma determinada situação, aprovadas por quem convoca, propostas que as massas fazem suas porque correspondem aos motivos que as levaram a manifestar-se. Nem todas as palavras de ordem, no entanto, são por igual adoptadas. Outras são no quase por instinto. Outras mesmo acabam por nascer e crescer espontaneamente no desfile.

Esta vez, de uma dúzia de palavras de ordem propostas aos manifestantes, algumas delas já «rodadas» em anteriores jornadas porque exprimindo situações idênticas ou agravadas — por exemplo «O Pinto mais o Mário roubam-nos o salário!» ou «Queremos trabalho e pão, salários em atraso

não!» —, uma sobressai e foi gritada do princípio ao fim dessa tarde de sábado por dezenas e dezenas de milhares de pessoas: «Está na hora do Governo se ir embora!».

A demissão do Governo foi a nítida, clara e repetida exigência da manifestação. De tal modo que a ideia foi glosada e ouvimos cantar, como recado enviado aos governantes: «rapa o tacho, rapa o tacho, mais um empurrão e o Governo vai abaixo!».

## Resolução

Apesar da chuva persistente, muitos foram os que, chegados ao Rossio onde o comício começara já, ficaram para ouvir

as palavras de Manuel Lopes, que falou em nome da CGTP, após a intervenção de um sindicalista da USL. Ouvir falar de luta.

«Conscientes da capacidade de luta e da firme disposição dos trabalhadores», disse o dirigente da Inter, «a CGTP recorrerá a todas as formas de luta que se mostrem necessárias e adequadas para promover a defesa dos seus interesses de classe.»

Manuel Lopes, depois de traçar o negro quadro da situação económica e social em que vivem os trabalhadores e o País ao fim de ano e meio de governação PS/PSD, afirmou:

«Este Governo tudo fará para se manter no poder e concretizar os seus objectivos

moral e material para as iniciativas de solidariedade à luta desses trabalhadores; defunçiar e condenar o comportamento de certos órgãos de comunicação social — e em especial os estatizados — que tentam abafar e silenciar as lutas dos trabalhadores; denunciar e condenar o comportamento do presidente da Câmara de Lisboa e das forças que o apoiam no atropelo aos direitos e liberdades constitucionais e, ainda, realfirmar que «nenhuma encaenação conseguirá ocultar a debilidade de um Governo apostado em prosseguir e intensificar o agravamento das condições de vida das populações, em praticar novas e mais graves violações dos direitos dos trabalhadores, em espezinhar as liberdades dos cidadãos para liquidar as realidades e transformações do 25 de Abril».

Por fim, a resolução aprovada insiste «na exigência da urgente demissão do Governo PS/PSD-Mário Soares/Mota Pinto e sua substituição por um governo capaz de pôr em prática uma nova política que assente no respeito pelo 25 de Abril e no cumprimento da Constituição», manifestando à CGTP a «firme disposição e mobilização dos trabalhadores dos dois distritos para levar por diante todas as formas de luta que sejam necessárias para fazer voltar Portugal aos caminhos do progresso, da paz e do desenvolvimento social».

## O País em luta

Se a televisão fosse o que já nem diz ser — isenta, informativa e minimamente profissional — daria a ver ao País o que pelo País se passou em matéria de protestos populares contra este Governo da nossa desgraça, realizadas no sábado passado e não apenas em Lisboa (como apesar de tudo o telejornal mostrou). Se assim fosse teria de mobilizar muito mais equipas de reportagem que as que enfiou no autódromo do Estoril para registar as acelerações todas da «Fórmula 1», ou as que mobilizou para, por exemplo, as monumentais pepineiras conhecidas cá no burgo pelos «Jogos sem Fronteiras». Se o fizesse, teria de mandar gente não apenas para Lisboa, mas também para Leiria, Viseu, Montemor-o-Novo e Aveiro, o que é uma carrada de terras, diga-se na verdade.

Mas para além de uma carrada de terras, era sobretudo uma enorme, gigantesca carrada de gente que nestas cidades e vilas se concentrou a exigir a demissão imediata deste Governo.

E foi disso que a RTP fugiu. Julgando com isso — e muito bem — que assim retiraria impacto nacional a esta impressionante jornada de luta igualmente nacional. Conseguindo com isso circunscrevê-la à zona que mais ou menos mostrou, escondendo o resto de todo o País. E coração que não

vê é coração que não sente — julgam também eles, mas desta vez sem razão nenhuma.

E sem razão nenhuma por duas coisas: a primeira porque mesmo sem se ver, sabe-se — não se pode esconder de um País inteiro o que um País inteiro sente. A segunda porque, de qualquer modo, esta jornada foi de facto o pulsar de um País inteiro, construída por gente não apenas das cidades e vilas palco das manifestações (o que já seria impressionante), mas das próprias regiões de que são mais ou menos ponto de confluência.

Por isso a televisão não foi. Iria (oh! se iria!) caso suspeitasse, ainda que de leve, que tais manifestações seriam um fiasco, como diz o Governo, seu patrão, quando fala destas coisas, e Mário Soares seu «very special... boss» — o qual teve o despiante de afirmar pela mesma altura, em que decorria a grande jornada que «até não tem havido grandes protestos de rua!»

Quantificar aqui o volume do protesto não é tanto averiguar se saíram à rua muito mais de cem mil pessoas ou pouco mais que cem mil pessoas. De uma maneira ou de outra **salu gente de mais** para ser ignorada, porque não podem ser ignorados quaisquer movimentos de massas que usem por unidade de conta as dezenas de milhares. É

muita gente para a camioneta de qualquer Governo, quanto mais para a deste que já nem sabe onde tem as rodas!

Importa, sim, é dizer que por exemplo em Aveiro muitos milhares de pessoas convocadas pelo movimento sindical unitário do distrito desfilaram e concentraram-se em luta contra a carestia, os salários em atraso, o desemprego, a miséria galopante, tal qual fizeram muitos milhares de pessoas bem mais ao sul, em Montemor-o-Novo, clamando pelas mesmíssimas coisas e ainda em defesa pela Reforma Agrária, ou o fizeram outros muitos milhares mais ao centro do País, em Leiria, ou no seu interior, em Viseu, ou, a culminar, na capital numa manifestação mostra — em todo o lado reagindo aos mesmos problemas provocados por este Governo de miséria e em todo o lado exigindo o mesmo: a sua imediata demissão.

Por isso a televisão não cobriu este importante acontecimento político-social, tal como se vai esforçar por não mostrar os próximos desenvolvimentos destas lutas. Sempre na certeza que o seu silêncio tem peso, reduz, abranda o impacto. E ainda na ilusão de que tal manobra salvará o Governo a quem servem.

Pura ilusão. Vão ver, um dia destes, como é! E aí sempre queremos ver como vai ser o filme...



Nacional

# A manifestação de Lisboa



Juventude

Uma magnífica realização



# Jovens comunistas com bases fundamentais para melhorarem o seu trabalho

Por muito que se tente, qualquer apontamento de abertura sobre o 2.º Congresso da Juventude Comunista Portuguesa sairá sempre incompleto. Vamos a nova tentativa. O que se passou no pavilhão do Sacavenense no último fim-de-semana foi, primeiro que tudo, uma iniciativa bem juvenil, inesquecível pela sua combatividade e confiança. Tanto no bloco de apontamentos como na memória, persistem as imagens de um Congresso magnífico, onde a responsabilidade política e a ligação a todas as preocupações e problemas fundamentais da juventude, se aliam aos sentimentos de fraterno convívio, de alegria (por vezes bem ruidosa) e de confiança. Tudo isto num contraste esmagador com as imagens mornas que a TV costuma dar nas infatigáveis reportagens sobre os apontamentos de outras organizações políticas juvenis. De morno é que este Congresso da JCP nada teve. Muito pelo contrário. Foi um quente e até chegou mesmo a «ferver», por exemplo, nos momentos em que todo o pavilhão gritava: «Só mais um dia e o Governo vai ao chão!».

Mercado de especial significação na vida da JCP e na luta da massa juvenil portuguesa, este 2.º Congresso reuniu na prestigiosa coletividade de Sacavém, nos arredores de Lisboa, sob o lema «Com a força da juventude, a certeza do futuro», cerca de 750 delegados eleitos em todas as regiões do País, e de 1500 convidados, além de 30 delegações estrangeiras, em representação de organizações juvenis de países da Europa, África, Ásia e América. Também presente na trina da presidência uma delegação do PCP constituída pelos camaradas Álvaro Cunhal, secretário-geral do Partido, Jorge Araújo, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC; Ângelo Veloso, membro da C. Política e Dina Sebastião, suplente daquele organismo executivo do Comité Central.

Culminando uma intensa actividade preparatória, com ricos ensinamentos e experiências, os trabalhos do Congresso, interrompidos durante a tarde de sábado para que os seus parti-



Os jovens comunistas têm como objectivo central, na sua actividade no Movimento Juvenil, trabalhar para a unidade dos jovens portugueses em torno da resolução dos seus problemas, na luta pelos seus direitos específicos e na defesa de Portugal de Abril

cipantes se pudessem incorporar na manifestação realizada em Lisboa, proporcionaram, através de numerosas intervenções temáticas e sectoriais, um debate muito vivo em torno do projecto de resolução do Congresso. Aprovado por unanimidade, e reunindo um vasto leque de propostas de melhoramento e alteração, esse documento — base de trabalho para a futura actividade dos jovens comunistas — foi, passe a expressão, complementado com a alteração aos princípios orgânicos. O Congresso aprovou ainda uma Proclamação dirigida a toda a juventude, um Manifesto aos estudantes universitários e um Apelo sobre a causa da Paz (ver nestas páginas dedicadas ao Congresso).

Destaque finalmente para a eleição da Direcção Nacional da JCP, constituída por 37 elementos. Esse momento do Congresso foi naturalmente re-

servado aos delegados, tendo a DN sido apresentada na sessão de encerramento. Logo na sua primeira reunião, a DN elegeu o respectivo organismo executivo.

O que é a Assembleia de Debate

Como se refere na resolução e no documento com as alterações orgânicas, a Direcção Nacional (numericamente bastante mais reduzida que a anterior Comissão Central) tem como tarefa dirigir a JCP nos intervalos dos Congressos (a realizar de três em três anos), competindo-lhe convocar o Congresso e determinar as normas de representação; dirigir o trabalho político, ideológico e de organização da JCP, de acordo com a orientação definida no Congresso, ouvida regularmente a Assembleia de Debate; administrar os recur-



Deve considerar-se a realização de reuniões dos colectivos de uma forma nova — como encontros, com objectivos atraentes e maleáveis, admitindo mesmo um momento cultural ou de diversão

sos financeiros; assegurar as relações internacionais da JCP; e convocar as reuniões da Assembleia de Debate e designar os seus membros não efectivos, ouvidas as Comissões Nacionais e as Organizações Regionais. Por seu turno, a Assembleia de Debate é um amplo colectivo composto pelos membros da DN e por outros elementos por esta designados, ouvidas as C. Nacionais e as OR's e competindo-lhe debater os mais importantes problemas da juventude e do movimento juvenil, e ajudar os organismos de direcção da JCP na definição das suas orientações para o movimento juvenil e para a resolução dos problemas da juventude.

No seu primeiro dia, o Congresso decorreu no período da manhã, interrompeu, como já referimos, durante a tarde, retomou o trabalho cerca das 18 e 30 e voltou depois de uma paragem para o jantar com a sessão internacionalista, à noite.

No domingo, o período da manhã foi consagrado a mais intervenções dos delegados e já no fim à votação do projecto de resolução e das alterações orgânicas. Depois do intervalo para almoço, decorreu uma parte reservada a delegados. Na derradeira sessão, o Con-

gresso aplaudiu calorosamente a DN eleita, cabendo a Francisco Pereira a intervenção de encerramento. Este membro do Executivo da DN da JCP e suplente do Comité Central do PCP dirigiu, em nome do Congresso, uma saudação calorosa aos que agora deixam a JCP para assumir responsabilidades no Partido, destacou a imagem do Congresso como

iniciativa de luta — expressa tanto nos documentos e nas intervenções, como na participação na manifestação de sábado —, referiu ainda o valor da solidariedade demonstrada com a presença das delegações estrangeiras, «importante apoio à nossa luta», saudou os Pioneiros, e «a delegação de alto nível do PCP que nos honrou com a sua presen-



O funcionamento dos colectivos da JCP deve merecer uma atenção muito grande. É necessário uma nova concepção sobre os colectivos e o seu papel

ça». Finalmente, agradeceu, em nome de todo o Congresso, a colaboração prestada pelos Bombeiros de Sacavém, pelos trabalhadores da empresa que deu apoio aos serviços de topografia, e pela direcção do Sacavenense. Um Governo para demitir, um conjunto de acções para desenvolver no âmbito do Ano Internacional da Juventude (AIJ), já em 1985, e a preparação, numa ampla base de unidade, do XII Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes, (Verão de 85) exigem, como salientou Francisco Pereira, abnegação e trabalho. Daí o seu apelo final: «Ao trabalho, camaradas, ao trabalho!».

A intervenção do secretário-geral do PCP, a que também nos referimos nestas páginas, assinalou o encerramento do Congresso, anunciado pelas palavras do deputado comunista Paulo Areosa. O «Avante Camarada!», a «Internacional!», o Hino Nacional e «Grândola Vila Morena» foram entoados com emoção já perto das 19 horas. Era a despedida! E também a partida para uma nova vida nas fileiras da JCP, que desde o último fim-de-semana ficou a dispor de mais condições para melhorar o trabalho dos seus colectivos e dos seus 30 mil militantes (por agora!).

## As intervenções

A actividade da JCP entre Congressos foi o tema da intervenção que introduziu o debate realizado sábado e domingo no Sacavenense. Coube essa responsabilidade ao camarada Henrique Neves. Depois, durante as várias horas dos trabalhos do Congresso, veio o desenvolvimento das questões e dos problemas, tanto em intervenções temáticas, como em relatórios das organizações e frentes de trabalho. O

conhecimento das realidades, a identificação das deficiências da actividade, as perspectivas e as preocupações fundamentais face aos diferentes problemas vividos no dia-a-dia pela juventude marcaram o conjunto das intervenções apresentadas ao Congresso.

O «universo» das situações difíceis que se atravessam na vida dum jovem operário, de um jovem estudante do secundário ou do superior, de um jo-

vem agricultor, de um jovem que vai agora cumprir o serviço militar, de um jovem que procura o 1.º emprego ou de um jovem desempregado — todo este «universo», dizíamos, foi levado à tribuna do 2.º Congresso por gente jovem que está empenhada na busca das soluções.

Mas o Congresso não ficou por aí. A organização da JCP, as suas tarefas, o seu funcionamento, o seu estilo de traba-

lho, a necessidade do seu reforço, a preparação das eleições autárquicas, o Ano Internacional da Juventude e o XII Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes (ambos em 1985) mereceram também especial atenção no decorrer do debate.

Além das intervenções das diversas organizações regionais e de outras de carácter mais específico, muitas vezes relatando experiências importantes, o Congresso ouviu e aplaudiu entusiasticamente intervenções «centrais», nomeadamente sobre a política alternativa (Jorge Patrício), Serviço Militar Obrigatório (Carlos Duarte), problemas no ensino superior e a actividade da JCP (Carlos Rabaçal), autárquicas e trabalho unitário (Paulo Loya), o desemprego (J. Manuel Marques), ensino secundário (Paula Coelho), organização da JCP (Paulo Areosa), juventude trabalhadora (António Capucho), Ano Internacional da Juventude (Leontina Pereira), política de ensino (António Filipe), XII Festival (Luís Cardoso), a situação internacional, a luta pela paz e a actividade internacional da JCP (Augusto Carreto), trabalhadores-estudantes (Fernando Monteiro) e algumas questões da luta ideológica (Góis de Carvalho).



O combate juvenil desenvolve-se e insere-se na luta mais geral dos trabalhadores e do povo português em defesa da democracia política, das liberdades, do Poder Local Democrático, das conquistas económicas, sociais, políticas e culturais alcançadas, da independência nacional

## Apelo aos jovens portugueses Pela crescente participação na luta «para evitar a guerra nuclear»

No decorrer dos seus trabalhos, o 2.º Congresso da JCP aprovou por unanimidade e aclamação o seguinte Apelo:

O II Congresso sublinha que vivemos num mundo de grandes transformações sociais cuja característica essencial é o caminho para um futuro de justiça, progresso e paz, em que o homem se realizará plenamente. No entanto, há ainda forças poderosas que tudo tentam para deter esta marcha e que hoje, 40 anos depois do fim dos horrores da 2.ª Guerra Mundial, põem em perigo a própria sobrevivência da Humanidade.

O II Congresso acusa o imperialismo de ter desencadeado e prosseguir uma criminosa corrida aos armamentos, que esbanja enormes recursos humanos e materiais, através da qual tenta romper o equilíbrio militar e conquistar a superioridade, para de uma posição de força, poder impor a sua vontade.

O II Congresso acusa o imperialismo de, simultaneamente,

O II Congresso da juventude Comunista Portuguesa apela ao envolvimento crescente dos jovens portugueses na luta para evitar a guerra nuclear, pelo fim da corrida aos armamentos pelo desarmamento, exorta à intensificação da luta contra o envolvimento do nosso país na estratégia belicista e agressiva dos EUA e da NATO, conduzida pelo Governo PS/PSD.

O II Congresso da JCP, considerando o carácter indissociável da luta pela paz e da luta pela liberdade, a independência e o progresso social, manifesta os profundos sentimentos de solidariedade para com a luta dos povos e da juventude dos países vítimas da agressão ou da ameaça imperialista. Confiamos na sua capacidade de resistir e vencer, na Nicarágua e em toda a América Central, em Angola e na África Austral, no Líbano, na Palestina e em todo o Mé-

dio Oriente, em todos os cantos do mundo.

XII Festival

O II Congresso da JCP salienta a importância da realização do próximo ano em Moscovo do XII Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes, realçando a necessidade de congregar à sua volta amplos sectores do movimento juvenil, no respeito pelos objectivos, espírito e ricas tradições do movimento dos Festivais.

O II Congresso da JCP apela à juventude portuguesa, às suas estruturas e movimentos a contribuir para preparar no nosso país o XII Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes desenvolvendo em Portugal a luta pela paz, a solidariedade e os direitos juvenis e assegurando a presença em Moscovo de uma delegação da juventude portuguesa que reflecta as diversas expressões do movimento juvenil e digna do Portugal de Abril.

Não esquecer o essencial

Pelo número dos seus efectivos, pela sua influência, implantação e actividade em todos os sectores juvenis e em todas as regiões, pela sua capacidade de realização e pelo seu poder de mobilização, a JCP é hoje a maior organização política juvenil do nosso país. É motivo de natural regozijo. Mas não nos deve fazer esquecer o essencial: que estamos aquém do que a situação política e o desenvolvimento da luta do nosso povo e da juventude exigiria; aquém, inclusive, das expectativas criadas com a constituição da JCP; que estamos ainda longe de aproveitar cabalmente as potencialidades existentes, de alargar as nossas fileiras a muitos outros jovens, de aproveitar melhor a disponibilidade e as capacidades dos nossos militantes.

Paulo Areosa

Cobertura da Comunicação Social

Acentuando de inegável significado político, os trabalhos do 2.º Congresso da Juventude Comunista Portuguesa foram acompanhados por diversos órgãos da Comunicação social nacionais e estrangeiros. Pelo Pavilhão do Sacavenense passaram jornalistas e outros trabalhadores da RTP, RDP, ANOP, Diário de Lisboa, o Diário, Diário de Notícias e Avante!. Alguns jornais do concelho de Loures, nomeadamente o «Sexta à tarde» e o «Vento Novo», enviaram também colaboradores seus ao Congresso. Quanto a órgãos de Informação estrangeiros, o gabinete de Imprensa registou a presença da TV da RDA, das agências TASS (URSS) e ADN (RDA).

Oitocentos nos serviços de apoio

Durante os dois dias do congresso os serviços de apoio técnico mobilizaram cerca de 800 camaradas, repartidos pelas seguintes secções: impressão, dactilografia, registo geral, revisão, alojamento, gabinete de Imprensa, apoio aos delegados, apoio à mesa da presidência, telefones, bares e refeitório, alojamentos, serviços da enfermaria, apoio às delegações estrangeiras, rádio-congresso.

Desemprego: os números

O desemprego é o maior e mais grave problema dos jovens portugueses. Em Portugal, o desemprego e o seu constante aumento está indissolivelmente ligado à política de recuperação capitalista e latifundista levada a cabo pelos sucessivos governos de direita nos últimos 8 anos. Os mais de 600 mil desempregados, de que fazem parte 60 por cento de jovens e mais de 50 por cento de mulheres, são o resultado desta política. Portugal é um dos países europeus com maior peso juvenil no conjunto dos desempregados.

J. Manuel Marques

A Universidade em foco

A Universidade esteve recentemente em foco com uma magnífica luta desenvolvida pelos estudantes em torno do Apelo Social. A disposição de luta demonstrada pelos estudantes começa a ser extensiva aos outros sectores da Universidade. A insatisfação, a vontade de alterar a situação, tem o seu fundamento em razões objectivas, ligadas à política anti-estudantil e anti-Universidade do Governo PS/PSD.

O Ensino Superior integra hoje 12 universidades e Institutos Universitários públicos, 15 Centros de Ensino Superior não Universitário, numa rede que envolve todos os distritos do continente e regiões autónomas. Num total de 60 escolas, são ministrados 130 cursos diversos. O Ensino Superior é hoje em Portugal um centro de trabalho cultural, artístico, científico e técnico com um papel de importância decisiva para o desenvolvimento do País.

Cerca de 80 mil estudantes frequentam, hoje, o Ensino Superior.

Carlos Rabaçal

Ensino secundário: o quadro

Falar-vos hoje da situação dos 400 mil estudantes do ensino secundário é falar-vos das péssimas instalações escolares, das salas de aula improvisadas, mais parecendo armazéns de alunos, das turmas com mais de 50 estudantes, da não construção de ginásios desde 1981, da falta de professores e de pessoal auxiliar, da insegurança nas escolas e dos estudantes, do aumento do insucesso escolar e abandono dos estudos, do agravamento brutal da selectividade que continua a ter como fiéis amigos o 12.º ano, o numerus clausus e, como se já não bastasse, fala-se agora de um novo exame de admissão ao ensino superior.

Paula Coelho

Eleições à vista

Mil novecentos e oitenta e cinco vai ser um ano de importantes iniciativas. As eleições para as autarquias locais serão uma importante batalha e torna-se desde já necessário começar a procurar jovens prestigiados para candidatos. Deve ser nosso objectivo aumentar o número de jovens eleitos e o seu trabalho.

Paulo Loya

A presença da informática

Também a informática esteve ao serviço do Congresso. No acesso ao interior do Pavilhão, perto da banca e da exposição sobre o 25 de Abril e a luta da juventude (que fez sensação na Festa do Avante!), seis terminais vídeo funcionaram a tempo inteiro divulgando pela primeira vez dados relativos à organização da JCP em todo o País e ainda informações úteis aos participantes no Congresso, nomeadamente quanto a transportes e refeições.



A realização do II Congresso não encerra, antes coloca a necessidade de se proceder a um balanço aprofundado do processo de unificação





## Delegações do Médio Oriente visitam

## COMUNICADOS

## Comício de amizade com o povo do Líbano

## Álvaro Cunhal:

**«Creio ser legítimo que, como verdadeiros e solidários amigos que somos, como militantes da mesma causa universal da libertação dos povos, aqui neste comício de amizade para com o povo do Líbano, façamos sinceros votos para o reforço da unidade de todas as forças patrióticas e progressistas do Líbano; para que seja**

**restabelecida a unidade da OLP, pois a unidade das forças patrióticas e progressistas palestianas é um factor essencial e determinante do êxito da sua luta heróica e da vitória final da sua justa causa; para que se estreite a cooperação sírio-libanesa-palestina numa mesma frente de luta e de combate».**

Camaradas:  
Temos hoje aqui conosco uma delegação do Partido Socialista Progressista Libanês dirigida pelo seu vice-presidente, camarada Tarek Chehab.

É com sentimentos de amizade que vos recebemos, queridos amigos. Bem-vindos seja a Portugal.

Os nossos sentimentos fraternais para com o povo do Líbano têm de há muito elevadas expressões.

Todos nos lembramos de um outro comício de solidariedade para com o povo do Líbano. Teve lugar o ano passado em Alhandra por ocasião da visita de uma delegação do Partido Comunista Libanês. Nele interveio o camarada Haoui, secretário-geral do Partido, que tomou então directo contacto com o nosso apoio caloroso e militante.

De novo realizamos uma iniciativa de solidariedade para com o heróico povo do Líbano. Agora com a presença e a participação de uma delegação do Partido Socialista Progressista.

Aprezamos registar com alegria as fraternais relações com os comunistas e com os socialistas libaneses.

O Partido Socialista Progressista Libanês representa um papel de relevo na luta contra a agressão sionista e imperialista e a ocupação do sul do seu território pelas tropas israelitas, em defesa da soberania, da integridade territorial e da independência nacional da sua pátria.

Queremos aqui expressar uma vez mais o nosso alto apreço por essa luta heróica.

## Pontos de vista coincidentes

Esta visita formaliza o estabelecimento de relações bilaterais entre o Partido Comunista Português e o Partido Socialista Progressista Libanês.

As conversações realizadas mostraram que existe uma coincidência de opinião dos dois partidos sobre questões fundamentais da situação internacional.

Coincidimos na apreciação acerca da extrema gravidade dos perigos, que todos os povos estão interessados em conjurar, de uma guerra nuclear que seria a hecatombe da humanidade.

Coincidimos em considerar que a responsabilidade da situação internacional cabe fundamentalmente ao imperialismo e designadamente ao imperialismo norte-americano, pela sua política de ingerência, intervenção, agressão e guerra com que procura esmagar a luta libertadora dos povos e instaurar a sua hegemonia mundial.

Coincidimos em considerar que a luta pela paz e a luta pela liberdade, a independência nacional e o progresso social dos povos são inseparáveis.

Coincidimos em considerar a necessidade de unir na acção comum todas as forças anti-imperialistas, nomeadamente os povos em luta contra a agressão imperialista, o movimento de libertação nacional, os países progressistas, o movimento operário dos países capitalistas, a União Soviética e demais países da comunidade socialista.

É dever de todos os que combatem o imperialismo contribuir, na esfera e no âmbito da sua actuação, para que se reforcem os laços de amizade e cooperação entre todas as forças essenciais e determinantes da evolução progressista da sociedade humana, da luta libertadora dos trabalhadores e dos povos contra todas as formas de exploração e opressão, da defesa da paz mundial.

Estas coincidências de pontos de vista entre o nosso Partido e o Partido Socialista Progressista Libanês, confirmadas na acção e na luta de todos os dias, constituem base sólida para o desenvolvimento das relações de amizade e cooperação entre o nosso Partido — um partido comunista — e o Partido dos nossos conterrâneos — um partido socialista.

Estamos certos de que essas relações se desenvolverão no futuro no interesse da luta comum contra o imperialismo, da liberdade e independência dos povos do Líbano e de Portugal.

## A luta do povo do Líbano

## a causa palestina e a Síria anti-imperialista

Nas conversações realizadas, a delegação do Partido Socialista Progressista deu-nos uma ampla informação — de que o camarada Tarek Chehab acaba de fazer uma expressiva síntese — da situação existente actualmente no Líbano e da luta heróica do povo libanês contra a agressão sionista e a ocupação do seu território e pela independência, soberania e integridade territorial da sua pátria.

Aqui em Portugal seguimos com profunda atenção a invasão do Líbano pelas tropas sionistas e pelos *marines* dos Estados Unidos. Os feroces bombardeamentos e os massacres em Beirut. A resistência heróica do povo libanês. E corando e premiando o amor à pátria, os imensos sacrifícios e o heroísmo, acompanhámos com profunda alegria as duas grandes vitórias alcançadas pelo povo libanês: a denúncia pelo Governo dos acordos com Israel e a retirada dos *marines* norte-americanos.

Gostaria de aqui confirmar que apoiamos inteiramente a justa reclamação da imediata retirada das tropas israelitas do sul do Líbano.

Gostaria de aqui confirmar que o povo do Líbano pode estar absolutamente certo de que os comunistas portugueses estão inteiramente do seu lado.

A situação no Líbano é inseparável da grave e explosiva situação global em todo o Próximo Oriente, situação provocada pela política de agressão, de expansão, de ameaça e de guerra dos sionistas de Israel, financiados, armados, apoiados, protegidos e instigados pelo imperialismo norte-americano.

Um problema central da situação no Próximo Oriente são os justos direitos do povo palestino, nomeadamente o direito à criação de um Estado Palestino independente e soberano.

Neste comício de amizade para com o povo do Líbano, não esqueçamos a causa, a luta, os direitos do povo palestino.

Por isso, aqui desejo expressar, em nome do Partido Comunista

Português, o nosso inteiro apoio à causa palestina e à resistência palestina.

Para bem da causa palestina fazemos votos para que as dificuldades e divergências existentes na OLP sejam superadas.

Pela nossa parte, não só mantemos como nos esforçamos por reforçar e alargar os nossos laços de amizade com as principais forças da causa palestina, isto é, com a OLP, única legítima representante do povo palestino, e com as principais forças suas componentes. Com a Fatha (da qual esperamos receber uma delegação); com o Partido Comunista Palestiniano (do qual recebemos em Portugal no passado mês de Julho uma delegação); com a Frente Democrática de Libertação da Palestina (da qual na última semana recebemos uma delegação); com a Frente Popular de Libertação da Palestina (cuja delegação se encontra presente em Portugal).

A todos expressamos o inteiro apoio dos comunistas portugueses à causa palestina, a profunda admiração dos comunistas portugueses pelo heroísmo da resistência palestina, e também os votos dos comunistas portugueses para que na OLP se restabeleça a unidade que constitui a base mais sólida da OLP como única legítima representante do povo palestino.

A agressão e o expansionismo sionista não se dirigem apenas contra o povo palestino e contra o Líbano. Dirigem-se também contra a Síria.

O nosso Partido tem alto apreço pelo importante papel que a Síria desempenha na justa luta dos povos árabes.

Tal como estamos ao lado da resistência palestina e das forças patrióticas do Líbano, estamos também ao lado da Síria na sua luta contra o imperialismo.

De há muito mantemos relações de amizade que estamos interessados em reforçar com o Partido Baas Árabe Socialista, assim como com o Partido Comunista Sírio, partidos aos quais nos ligam muitas dezenas de anos de amizade.

Creio ser legítimo que, como verdadeiros e solidários amigos que somos, como militantes da mesma causa universal da libertação dos povos, aqui neste comício de amizade para com o povo do Líbano, façamos sinceros votos para o reforço da unidade de todas as forças patrióticas e progressistas do Líbano; para que seja restabelecida a unidade da OLP pois a unidade das forças patrióticas e progressistas palestinas é um factor essencial e determinante do êxito da sua luta heróica e da vitória final da sua justa causa; para que se estreite a cooperação sírio-libanesa-palestina numa mesma frente de luta e de combate.

## Pela solidariedade recíproca

Consideramos nosso dever o apoio e a solidariedade para com a luta emancipadora dos trabalhadores e dos povos e para com as forças revolucionárias que a dirigem.

O Médio Oriente é um dos pontos quentes da agressão imperialista. Mas noutras zonas do mundo existem situações de extrema tensão, de agressões e guerras não declaradas provocadas pelo imperialismo, designadamente pelo imperialismo norte-americano.

Falamos do imperialismo norte-americano. Mas não esqueçamos que também há uma embora decrépito imperialismo europeu. Um imperialismo oeste-alemão, que se manifesta na crescente tomada de posições na economia de outros países, um imperialismo britânico que pôs bem a nu a sua natureza na guerra das Malvinas, um imperialismo francês que confirma a sua natureza colonialista no Tchad e na Nova Caledónia.

Nós somos solidários para com os povos de Angola e Moçambique e outros povos africanos vítimas das agressões da África do Sul em estreita colaboração com os Estados Unidos, e de bandos armados ao serviço do imperialismo e que, com a protecção do Governo Soares/M. Pinto, encontram em Portugal campo livre para as suas actividades, cuja interdição há muito reclamamos.

Somos solidários para com os povos da América Central, designadamente o povo da Nicarágua e a Frente Sandinista que acabam de registar nas eleições uma vitória esmagadora.

Somos solidários para com o povo de Timor na sua luta pela autodeterminação e a independência, povo massacrado pelos ocupantes fascistas indonésios e que o Governo português pretende entregar à Indonésia, a coberto de uma suposta autonomia.

Em suma, somos solidários para com os trabalhadores e os povos em luta contra o fascismo, o racismo, o colonialismo, o neocolonialismo, as pressões, as ingerências, os actos de terrorismo, as intervenções, as agressões, as guerras não declaradas, do imperialismo.

A situação internacional exige a unidade e a acção comum de todas as grandes forças de transformação social. E exige também a sua solidariedade recíproca.

Estamos em condições de compreender os sentimentos em relação à solidariedade internacional daqueles que em momentos cruciais estão empenhados na luta emancipadora. E estamos em condições de compreender, porque nós próprios, comunistas portugueses, conhecemos directamente o imenso valor da solidariedade internacionalista, tanto nos prolongados e duros anos da luta clandestina contra a ditadura fascista, como nos anos ardentes da revolução de Abril.

E conhecemos também directamente o que significou em momentos cruciais da nossa luta, em momentos cruciais da revolução portuguesa, em 1974 e 1975, a falta dessa solidariedade da parte de partidos de quem era legítimo esperar-lá.

O facto de termos sentido que outros faltaram aos seus deveres internacionalistas para conosco, mais ainda nos estimula a tudo fazermos para jamais nós próprios faltarmos aos nossos.

Não estamos no Poder. Não dispomos de meios materiais com que possamos ajudar a luta dos outros povos. Mas, na nossa acção política, estamos sempre, estamos hoje e sempre estaremos, ao lado dos trabalhadores e dos povos, das forças empenhadas na luta pela liberdade, a democracia, o progresso social, a independência nacional, o socialismo e a paz.

## Partido Comunista Português Frente Democrática de Libertação da Palestina

A convite do Partido Comunista Português visitou Portugal entre 9 e 12 de Dezembro uma delegação da Frente Democrática de Libertação da Palestina composta por Saleh Raafat, membro do Bureau Político e do Secretariado do Comité Central e Jamil Hilal, membro do Comité Central.

A delegação da FDLP manteve conversações com uma delegação do PCP composta por Álvaro Cunhal, secretário-geral, Sérgio Vilarigues, da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central e Domingos Lopes, membro suplente do Comité Central.

A delegação visitou a Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, a empresa TEPLIMA e o Centro de Trabalho Vitícola.

Durante a sua visita procedeu-se a uma troca de informações sobre a luta e actividades das organizações respectivas assim como sobre aspectos da situação internacional, particularmente sobre a situação no Próximo e Médio Oriente.

Amabas as delegações condenaram a política agressiva belicista e anexionista do governo sionista de Israel apoiado e instigado pelo imperialismo norte-americano, tendo responsabilizado tal política pelo perigoso agravamento dos conflitos e da tensão em toda a região.

Condenaram as manobras e os planos imperialistas, sionistas e dos Estados árabes reaccionários para dividir a OLP e tentarem liquidar a Resistência Palestiniana.

Amabas as delegações consideraram de capital importância para a luta futura do povo palestino o restabelecimento da unidade da resistência palestina, da estrutura da OLP e do movimento de libertação nacional e social dos povos árabes. Face a tão poderosos inimigos, a unidade da OLP e a sua aliança com a Síria e demais forças patrióticas e progressistas do Líbano e outros países árabes são condições indispensáveis para prosseguir a luta com êxito.

As duas delegações consideraram que uma paz justa e duradoura na região passa pela retirada de todas as tropas de Israel do sul do Líbano e dos territórios palestinos e árabes ocupados depois de 1967, pelo reconhecimento da OLP como único e legítimo representante do povo palestino e pelo reconhecimento dos direitos nacionais palestinos, incluindo o do regresso, autodeterminação e da criação de um Estado palestino soberano e independente.

As duas delegações consideraram a política do imperialismo na região como uma expressão da sua política expansionista e militarista à escala mundial cujo objectivo é tentar travar por todos os meios o processo de libertação nacional e social dos povos. Amabas as delegações consideraram o Plano Realga como um exemplo desta política na medida em que ignora a OLP como o único e legítimo representante do povo palestino e o direito deste à autodeterminação e ao estabelecimento na sua própria

pátria de um Estado independente.

As duas delegações manifestaram a sua solidariedade a todos os povos em luta pela liberdade, o progresso social, contra o racismo, o sionismo, o colonialismo e o imperialismo.

Amabas as delegações, sem deixarem de ter em conta os grandes perigos que encerra a situação internacional decorrente da política imperialista, consideram que é possível defender a paz, vencer os perigos e prosseguir a luta de libertação dos povos.

Nesse sentido consideraram fundamental o reforço da cooperação e solidariedade entre todas as grandes forças revolucionárias da nossa época; a URSS e os outros países socialistas, a classe operária dos países capitalistas, os países progressistas e o movimento de libertação nacional.

A visita decorreu em ambiente de franca amizade e camaradagem. Amabas as delegações expressaram o desejo de desenvolver e reforçar as relações de amizade e solidariedade entre as duas organizações.

A FDLP expressou o seu apreço pela posição do PCP no apoio à luta do povo palestino e da OLP.

Lisboa, 11 de Dezembro de 1984

O caso exemplifica e demonstra que se tornou regra o procedimento inconstitucional e ilegal do Governo e dos seus agentes, pois, segundo o art.º 13.º da Constituição, «ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de (...) convicções políticas ou ideológicas (...)».

O caso exemplifica e demonstra a cruzada de espoliação de bens do Estado a que o Governo procede, pois aqui se trata pura e simplesmente de tirar 300 000 contos dos dinheiros públicos e entregá-los a uma empresa privada fascista.

Inserido na ofensiva contra as nacionalizações e pela ruína da banca e das empresas nacionalizadas, o caso exemplifica e demonstra que o Governo coloca à frente da Banca nacionalizada administradores cuja missão não é defender os interesses da Banca nacionalizada mas pô-la ao serviço dos interesses privados e das forças reaccionárias à custa da ruína da própria Banca.

O caso exemplifica e demonstra que o «crédito mal parado» não resulta de situações imprevisíveis ou de admissíveis erros de gestão, mas de ilegal e ilegítima concessão de créditos a fundo perdido a capitalistas e a clientelas políticas, incluindo a extrema-direita fascista, como é o caso de «O Dia».

O caso exemplifica e demonstra que ao mesmo tempo que cria dificuldades insuperáveis à imprensa, o Governo de forma directa através das decisões próprias, ou de forma indirecta através de administradores por ele nomeados, subsidia com vultuosos fundos públicos a informação e a propaganda política mais reaccionária, no caso, a propaganda fascista.

Este é um caso. Mas a somar a este caso há centenas de outros casos.

Tudo a mostrar que de há muito o Governo Soares/M. Pinto deveria ter sido demitido, que é tempo e mais que tempo de o pôr na rua.

A crise e as negociações PS/PSD

Os conflitos e as negociações entre os partidos do Governo, entre Soares e M. Pinto constituem um retrato vivo da degradação da coligação PS/PSD, da degradação do Governo e da degradação das funções governativas.

O que estes senhores discutem não é como sair da crise e como resolver os problemas nacionais. O que discutem é como realizar em conjunto o plano inconstitucional e subversivo da contra-revolução. O que discutem é o calendário para a destruição das conquistas democráticas de Abril e para a restauração do capital financeiro, dos monopólios e dos latifúndios, de forma a passarem a dominar toda a vida económica, social e política do país, tal como sucedia no tempo do fascismo.

Quando eclodiu esta crise e M. Soares enviou as suas propostas à intitulada «Cimeira» PS/PSD, logo para aí se falou de «último», de «fúria socialista», de «armas apertadas» e se anunciou que o PS partiria em guerra contra o PSD impondo-lhe as propostas próprias do PS.

Final, como desde logo nos advertimos, não se tratou de ultimato, nem de fúria, nem de armas apertadas, mas de apresentação por M. Soares ao PSD de ideias programáticas fundamentais do próprio PSD.

Foi com plena justiça que então afirmámos que as propostas do PS ao PSD significavam uma verdadeira capitulação do PS, não já como partido socialista, mas como partido democrático, e constituem uma plataforma contra-revolucionária tendo como objectivo a liquidação das conquistas de Abril a curto prazo.

Soares e M. Pinto estão inteiramente identificados nos objectivos contra-revolucionários essenciais. Soares e M. Pinto são sócios e cúmplices do plano contra-revolucionário em curso.

As divergências e conflitos que existem entre PS/M. Soares e M. Pinto, não são relativos aos objectivos e às medidas a tomar, mas aos respectivos partidos, e os respectivos chefes, e as respectivas clientelas tirarão da operação.

Nunca se viu no nosso país, pelo menos que seja de lembrança das actuais gerações, uma tão desbragada negociação.

Para estes senhores, as condições de vida do povo, os bens e recursos do Estado, a sorte da economia portuguesa, a liberdade dos portugueses, a independência nacional constituem moeda de troca na compra e venda de cargos, de Poder, de ambições.

No nosso entender, não tem sequer legitimidade cívica e moral para pretender candidatar-se ao mais alto cargo de soberania — a Presidente da República — quem a troco de apoios à própria candidatura põe na balança como se lhe pertencessem interesses vitais do povo e do país e conquistas democráticas alcançadas pelo povo português através de uma luta prolongada e heróica que custou muitos sacrifícios e muitas vidas.

E enquanto fazem esse mercado indigno, e preparam ainda mais violentos golpes contra-revolucionários, a economia portuguesa afunda-se, a miséria e a fome alastram, toda a vida nacional se degrada no caminho do desastre.

O Governo deixou de governar. As instituições deixaram de funcionar regular e normalmente. No ponto de vista constitucional, legal, institucional, democrático, nacional e moral, o Governo Soares/M. Pinto perdeu toda e qualquer legitimidade para governar.

A demissão é o único caminho para salvar a democracia e salvar Portugal.

Portugal: o Governo da contra-revolução

Se se fala da luta de libertação dos trabalhadores e dos povos, das revoluções nacionais democráticas e socialistas e da necessidade de uma solidariedade activa, nós, comunistas portugueses, temos não só o direito, mas o dever de chamar a atenção do mundo para a luta dos trabalhadores e do povo de Portugal em defesa das conquistas da revolução de Abril, em defesa do regime democrático e da independência nacional de novo ameaçados e de apelar à solidariedade internacional para com o povo português.

Esse apelo é inteiramente justificado no momento presente porque se trava em Portugal entre as forças contra-revolucionárias e as forças democráticas e patrióticas uma luta aguda de que, por muitos anos, dependerá a evolução da situação económica, social e política de Portugal, de que dependerá continuar Portugal a ser um país livre, democrático e independente, ou sobocar ante as ofensivas contra-revolucionárias apoiadas pelo imperialismo, que actualmente se desencadeiam tendo como principal agente o Governo Soares/M. Pinto.

É esse o significado e é essa a importância do actual momento da vida nacional.

O que está em causa no nosso país é a continuação ou a destruição das grandes transformações democráticas alcançadas com a revolução de 1974/75.

É o desastre da nossa economia e a falência do sistema financeiro ou a efectiva recuperação baseada na mobilização dos recursos, energias e capacidades nacionais abrindo caminho ao desenvolvimento. É a degradação completa das condições de vida dos portugueses até um nível geral de miséria e subnutrição, ou o melhoramento das condições de vida material e cultural do nosso povo. É a continuação ou a liquidação das liberdades e do regime democrático. É a afirmação da vida nacional independente da nossa Pátria ou a submissão e subjugação efectiva ao imperialismo estrangeiro.

O facto de estarem no Governo dois partidos que se intitulam «socialista» e «social-democrata» nada altera esta indiscutível realidade.

O Governo actual revelou-se, em toda a sua orientação e em toda a sua prática, como um Governo da contra-revolução.

O objectivo fundamental e estratégico do Governo actual, no prosseguimento da política de governos anteriores, é restaurar os monopólios (apoiados pelo imperialismo) e os latifúndios, ou seja, restaurar aquelas mesmas forças económicas, financeiras e sociais que durante quase meio século exploraram e oprimiram cruelmente o nosso povo utilizando para tal uma ditadura fascista.

(...)

Um caso exemplar e demonstrativo

Noticiaram os jornais que quatro bancos nacionalizados resolveram aceitar que o pagamento das dívidas do jornal «O Dia» fosse saldado através da publicidade no dito jornal. A bagatela de 300 000 contos segundo uns, de 150 000 contos segundo o próprio jornal.

Estamos perante um caso tão escandaloso e escabroso que ninguém o admitiria como possível antes de o conhecer.

Mas aconteceu. E não só aconteceu como constitui um caso exemplar e demonstrativo dos objectivos, dos métodos, dos processos do Governo Soares/M. Pinto.

O jornal «O Dia», como se sabe, é um jornal fascista, um jornal de desinformação sistemática, de provocações pidescas, um portavoz das forças mais reaccionárias de Portugal, propagandista da conspiração e do terrorismo contra Angola, Moçambique e outros países.

Ao revelar-se que este jornal devia à Banca nacionalizada 300 000 contos, a primeira coisa que cabe perguntar é como foi possível que fossem adiantados 300 000 contos de crédito a um jornal deficitário e insolvente, a um jornal com uma tiragem tão baixa que nem sequer tem direito ao subsídio de papel concedido pelo Estado.

E ao revelar-se que a Banca aceitou que essa dívida fosse paga em publicidade — 300 000 contos de publicidade correspondem a anúncios diários de página inteira durante cerca de 15 anos! — tal acordado constitui um escândalo tão grande que justificaria não só um inquérito imediato e possível procedimento criminal, como a demissão imediata dos responsáveis entre os quais o próprio Governo.

É de lembrar que, ao mesmo tempo que assim são concedidos a fundo perdido pela Banca nacionalizada e sob os auspícios e a cobertura do Governo 300 000 contos a um jornal fascista insolvente, o Governo e os departamentos que dirige e controla recusam-se a pagar as suas dívidas às empresas nacionalizadas, recusam-se a pagar as suas dívidas às UCPs/Cooperativas da Reforma Agrária, e mandam proceder à execução final de bens dos trabalhadores sem conceder qualquer moratória ou processo de amortização e pagamento.

Este caso vale por si. Mas vale também pelo que significa e traduz.

Temos inteira razão para classificá-lo como um caso exemplar e demonstrativo da política e métodos do Governo Soares/M. Pinto.

# Portugal a convite do PCP

## CONJUNTOS

### Partido Comunista Português Partido Socialista Progressista Libanês

A convite do Partido Comunista Português visitou Portugal, de 11 a 16 de Dezembro, uma delegação do Partido Socialista Progressista Libanês, dirigida por Tarek Chehab, vice-presidente e integrando também Walid Arbid e Khattar Abou Diab.

A delegação do PSPL realizou conversações com uma delegação do PCP composta por Álvaro Cunhal, secretário-geral, Sérgio Vilarigues, membro da Comissão Política e do Secretariado e Albano Nunes, membro do Comité Central e responsável pela Secção Internacional.

Para além das conversações, a delegação do PSPL contactou directamente com a realidade portuguesa saída da revolução do 25 de Abril e com a actividade do PCP. Encontrou-se com delegações da Direcção da Organização Regional de Lisboa e da Juventude Comunista Portuguesa. Na zona da Reforma Agrária visitou a UCP/Cooperativa «Salvador Joaquim do Pomar», no Escoural, Oficina «Verde Esperança» e o Secretariado das UCPs/Cooperativas de Montemor-o-Novo; encontrou-se ainda com uma delegação da Comissão Distrital de Évora do PCP e foi recebida na Câmara

Municipal de Montemor-o-Novo. No distrito de Setúbal visitou a Empresa de Construções Navais «Lisnave» onde se encontrou com estruturas representativas dos trabalhadores e em Almada com uma delegação da Direcção da Organização Regional de Setúbal. Num comício de solidariedade com o povo do Líbano usaram da palavra os camaradas Álvaro Cunhal e Tarek Chehab.

Durante as conversações foram trocadas informações e opiniões sobre a situação nos dois países e a actividade dos dois partidos e sobre a situação internacional, com particular incidência na situação no Médio Oriente.

A delegação do PCP exprime a activa solidariedade dos comunistas portugueses para com a heróica luta do povo libanês em defesa da independência, da unidade, soberania, integridade territorial da sua pátria, pela retirada das tropas do Sul do Líbano, pela democracia e o progresso social. Condenou energeticamente os crimes praticados pelo sionismo, o imperialismo e o fascismo no Líbano. Expressou o seu alto apreço pela luta conduzida pelo PSPL, assim como para com o Partido Comunista Libanês e demais forças patrióticas e progressistas do

Libano.

A delegação do PSPL expressou a sua solidariedade para com o PCP e o povo português na luta em defesa das conquistas da revolução do 25 de Abril e do regime democrático.

As duas delegações debruçaram-se com particular atenção sobre a situação no Médio Oriente a qual continua a constituir um perigoso foco de tensão e de guerra. Condenaram firmemente a política do imperialismo norte-americano e do sionismo e os crimes praticados contra o povo libanês, o povo palestino e outros povos árabes. Puseram em relevo as importantes vitórias alcançadas nos últimos tempos pela luta do povo libanês contra o imperialismo, o sionismo, o fascismo e a reacção e saudaram a resistência e a luta popular corajosa que se desenvolve no Sul do Líbano e noutros territórios ocupados por Israel. Sublinharam a importância da cooperação na luta contra o inimigo comum de todas as forças patrióticas e progressistas do mundo árabe, e em particular entre as forças patrióticas e progressistas libanesas, a resistência palestina e a Síria.

As duas delegações consi-

deram que uma paz justa e duradoura no Médio Oriente só é possível através de uma solução global que implica a retirada de Israel do Líbano e de todos os outros territórios árabes ocupados desde 1967, e o respeito pelos direitos nacionais inalienáveis do povo palestino incluindo a edificação do seu próprio Estado independente e soberano. Expressaram o seu apoio à realização de uma Conferência Internacional na qual participassem todas as partes interessadas, incluindo a OLP, único e legítimo representante do povo palestino.

As duas delegações sublinharam a importância do fortalecimento da cooperação e solidariedade recíproca de todas as forças democráticas e progressistas na luta contra a política hegemónica do imperialismo em defesa da paz, pela independência nacional e o progresso social.

As duas delegações expressaram a sua satisfação pelas relações de amizade e solidariedade existentes entre o PCP e o PSPL e a vontade comum de as desenvolver ainda mais no interesse dos respectivos povos e países e da causa libertadora dos povos.

Lisboa, Dezembro de 1984

### Partido Comunista Português Frente Popular de Libertação da Palestina

A convite do Partido Comunista Português visitou Portugal entre 12 e 15 de Dezembro uma delegação da Frente Popular de Libertação da Palestina composta por Salah Salah, membro do Bureau Político e do Secretariado do Comité Central, e Yacoub Dawani, membro do Comité Central.

A delegação da FPLP manteve conversações com uma delegação do PCP composta por Álvaro Cunhal, secretário-geral, Sérgio Vilarigues, da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central, e Domingos Lopes, membro suplente do Comité Central.

A delegação visitou a Câmara Municipal do Barreiro, a Sociedade Nacional de Cortiça e o Centro de Trabalho Vitícola. Durante a sua visita procedeu-se a uma troca de informações sobre a luta e actividade das organizações respectivas assim como sobre aspectos da situação internacional, particularmente sobre a situação no Próximo e Médio Oriente.

Ambas as delegações con-

denaram a política agressiva, belicista e anexionista do governo sionista de Israel apoiado e instigado pelo imperialismo norte-americano, tendo responsabilizado tal política pelo perigoso agravamento dos conflitos e da tensão em toda a região.

Condenaram as manobras e os planos imperialistas, sionistas e dos Estados árabes reacçãoários para dividir a OLP e tentarem liquidar a Resistência Palestiniana.

Ambas as delegações consideraram de capital importância para a luta futura do povo palestino o restabelecimento da unidade da OLP e da Resistência Palestiniana e do movimento de libertação nacional e social dos povos árabes. Face a tão poderosos inimigos, a unidade da OLP e a sua aliança com a Síria e demais forças patrióticas e progressistas do Líbano e outros países árabes são condições indispensáveis para prosseguir a luta com êxito.

Ambas as delegações con-

denaram a política terrorista de Israel nos territórios árabes ocupados e expressaram a sua firme e combativa solidariedade à heróica luta dos patriotas libaneses contra os ocupantes sionistas e exigiram a retirada imediata e incondicional das tropas israelitas do Líbano e dos outros territórios ocupados depois de 1967.

As duas delegações deram o seu apoio à realização de uma Conferência Internacional com a participação da OLP em pé de igualdade e como único e legítimo representante do povo palestino para garantir os direitos nacionais palestinos, incluindo o da formação de um Estado soberano e independente.

As duas delegações consideraram a política do imperialismo na região como uma expressão da sua política expansionista e militarista à escala mundial cujo objectivo é tentar travar por todos os meios o processo de libertação nacional e social dos povos.

As duas delegações manifestaram a sua solidariedade a

todos os povos em luta pela liberdade, o progresso social, contra o racismo, o sionismo, o colonialismo e o imperialismo. Ambas as delegações, sem deixarem de ter em conta os grandes perigos que encerra a situação internacional decorrente da política imperialista, consideraram que é possível defender a paz, vencer os perigos e prosseguir a luta de libertação dos trabalhadores e dos povos.

Nesse sentido consideram fundamental o reforço da cooperação e da solidariedade entre todas as forças revolucionárias da nossa época: a URSS e os outros países socialistas, a classe operária dos países capitalistas, os países progressistas e o movimento de libertação nacional.

Ambas as delegações discutiram as medidas práticas para estabelecer e desenvolver as suas relações.

A visita decorreu em ambiente de franca amizade e camaradagem.

Lisboa, 15/12/84

### A demissão do Governo objectivo central para o qual converge a luta por todos os outros

A demissão do Governo é o objectivo fundamental do nosso povo no momento presente.

A demissão do Governo é um primeiro passo indispensável e um pressuposto para a saída da crise e para uma alternativa democrática.

As eleições presidenciais serão sem dúvida muito importantes. Será necessário derrotar os candidatos da reacção (incluindo M. Soares) e assegurar a vitória do candidato da Democracia. E por isso e porque é ainda cedo para se saber em que condições irão realizar-se as eleições presidenciais de 1985, advertimos para o perigo de apresentação de candidaturas democráticas antes de alcançado o acordo ou o consenso verificado das forças e sectores democráticos e patrióticos, que terão que assegurar a vitória, com o seu apoio e os seus votos.

O povo não pode esperar pelas eleições presidenciais para que o Governo Soares/M. Pinto seja demitido. E, sendo ele demitido, sendo dissolvida a Assembleia da República e sendo realizadas eleições antecipadas (como também é possível) estes acontecimentos modificarão profundamente a situação política de forma que as eleições presidenciais serão realizadas numa situação completamente diferente da actual.

No momento presente há que concentrar as atenções, os esforços, as energias no desenvolvimento da luta popular com vistas a uma alternativa democrática.

A luta de massas é a arma principal e decisiva do nosso povo.

Foi ela que permitiu alcançar as conquistas históricas da revolução de Abril. Foi ela que permitiu impedir que essas conquistas fossem destruídas pelos furiosos ataques de sucessivos governos contra-revolucionários. Foi ela o factor determinante da derrota e queda do governo «AD». E é ela que está abalando até aos alicerces a coligação PS/PSD e o Governo Soares/M. Pinto, criando condições para a sua queda e para uma alternativa democrática.

Desmentindo a inacreditável afirmação de M. Soares segundo a qual o povo aprova a política do Governo — a luta dos trabalhadores, dos camponeses, da juventude, das mulheres, dos intelectuais, de outras classes e camadas antimonopolistas está em franco desenvolvimento.

Amanhã em Lisboa terá lugar uma grande manifestação. Que ninguém falte. Que todos compareçam e desfilam — para expressarem a sua vontade e a sua determinação de pôr fim a este Governo de desastre e de miséria e alcançar uma alternativa democrática.

Será sem dúvida uma poderosa afirmação de que o povo português está farto do Governo Soares/M. Pinto. Está farto de ilegalidades e abusos do poder. Está farto de ofensivas desestabilizadoras contra as conquistas de Abril. Está farto de despedimentos, de desemprego, de miséria e fome. Está farto de ameaças às conquistas democráticas e ao regime. Está farto de vergonhosas concessões ao imperialismo.

Amanhã, em Lisboa, como todos os dias em todo o país a classe operária e as massas populares, defenderão os seus interesses vitais, reclamarão a urgente demissão do Governo Soares/M. Pinto.

A luta tem mostrado cada vez mais a forte unidade da classe operária, de sectores cada vez mais amplos da população, de democratas e patriotas.

Tem mostrado que as lutas mais variadas convergem no objectivo central da demissão do Governo.

Depois das disputas em família, Soares e Mota Pinto acabam de assinar um novo pacto da contra-revolução. Pacto de quem sente que tem pouco tempo pela frente. Pacto contra o povo. Pacto contra o país.

Sentindo que se aproxima a hora da derrota, encostam-se uns aos outros e pretendem precipitar golpes cegos contra as conquistas de Abril.

É preciso não lhes dar tempo. Soares e M. Pinto ainda fazem voz grossa, mas já não têm força nas pernas.

A luta continua. Governo para a rua! Para finalizar algumas palavras aos nossos hóspedes do Partido Socialista Progressista Libanês.

De volta à vossa pátria, deixais um país em que são muito fortes os sentimentos de solidariedade para com o vosso povo e a sua luta heróica.

Dizei no Líbano que o povo português está ao vosso lado. Dizei também no Líbano que, embora em condições muito diversas, também o povo de Portugal está em luta pela liberdade, pela democracia, pela independência nacional. E, tal como vós, confiante na vitória.

Viva a amizade entre os povos de Portugal e do Líbano!  
Viva a amizade entre o Partido Comunista Português e o Partido Socialista Progressista Libanês!  
Viva Portugal de Abril!



A delegação do Partido Socialista Progressista Libanês (PSPL) que durante alguns dias visitou o nosso país a convite do Comité Central do PCP foi a convidada de honra de um comício de solidariedade com o povo do Líbano realizado na passada sexta-feira no cinema Stadium do «Sport Al-gés e Dafundo». Estiveram presentes os membros da delegação do PSPL — Tarek Chehab, vice-presidente do Partido e chefe da delegação (que usou da palavra), Walid Arbid e Khattar Abou Diab. Pelo PCP estiveram Álvaro Cunhal, secretário-geral (que usaria igualmente da palavra, numa intervenção que encerraria o comício), Sérgio Vilarigues, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP, José Casanova, da Comissão Política, e Albano Nunes, do CC do PCP. Presente ainda um representante da JCP. O camarada Teixeira, da organização local, dirigiria a sessão.

Sessão que começaria ao som da «Internacional», cantada em coro e de pé pelas centenas de participantes no comício de solidariedade PCP/PSPL (cujas intervenções de fundo, proferidas por Tarek Chehab e Álvaro Cunhal, publicamos noutro local desta edição). A ornamentar a sala, a letras brancas em fundo vermelho, algumas consignas de solidariedade e luta: «Sionistas fora do Líbano/Por uma paz justa no Médio Oriente/Viva a Amizade PCP/PSPL». No palco e dominando a mesa onde se sentaram as delegações, a frase que os assistentes ao comício não se cansaram de afir-

mar em coro vibrante: «Solidariedade com o povo do Líbano».

As palavras de ordem, de resto, marcaram boa presença na sessão, com destaque para duas, por sinal ambas exigindo retiradas: a primeira dos sionistas do Líbano, a segunda do executivo Soares/Mota/Pinto da governação deste País. Foram, naturalmente, mais explícitas a primeira durante o discurso do Tarek Chehab, a segunda durante a intervenção de Álvaro Cunhal. Mas ambas deram a força a uma sessão que, apesar de decorrer numa sala com espaços insuficientemente aproveitados vibrou um entusiasmo muito particular face à delegação libanesa presente, transmitindo-lhe inequívocas manifestações de solidariedade e simpatia.

E por falar em simpatia, é de referir um momento particular do comício — o da entrega das prendas tradicionais. Subiram ao palco uma delegação da organização de Carnaxide do PCP e dos Pioneiros, para entregar lembranças aos visitantes. Encabeçando os Pioneiros iam dois ou três de autêntico «palmo e meio», de tal modo que os membros da delegação do PSPL não resistiram: pegaram-lhes ao colo e exibiram-nos bem alto perante uma assistência entusiasmada. Os risos e os aplausos misturaram-se com vigor, confluindo numa emocionada manifestação de solidariedade ao martirizado povo libanês.

Os hinos dos dois países encerraram a sessão, dando remate a uma jornada onde a emoção também marcou presença.

## Discurso de Tarek Chehab

Camaradas e Amigos,  
Em nome do Partido Socialista Progressista Libanês, saúdo a luta do povo português pela democracia e a paz; saúdo a luta do Partido Comunista Português amigo, pela igualdade, o progresso, o socialismo e pela defesa das conquistas da revolução do 25 de Abril.

Camaradas e Amigos,  
Actualmente o povo libanês luta persistentemente contra a ocupação israelita do seu país. A resistência patriótica libanesa oferece, todos os dias, sacrifícios e mártires seus para libertar o Líbano desta ocupação. Apesar das resoluções 508 e 509 do Conselho de Segurança da ONU obrigarem Israel a retirar incondicionalmente as suas tropas do Líbano, este recusa-se constantemente a aplicar essas resoluções provando uma vez mais que é um Estado expansionista.

O povo libanês tem pleno direito de resistir contra a ocupação, tal como foi o caso dos povos europeus durante a ocupação nazi na 2.ª Guerra Mundial.

Israel, enquanto Estado expansionista, não satisfeito em violar os direitos do povo palestino em ocupar o seu território, continua a sua agressão contra os povos árabes tentando anexar a Cisjordânia, o sector de Gaza, assim como o Golã Sírio, recusando as resoluções do Conselho de Segurança da Assembleia Geral das Nações Unidas.

Apesar da mudança dos governos israelitas, o seu comportamento agressivo persiste contra os povos árabes com o apoio do imperialismo norte-americano que, no plano militar, económico e político sustém Israel, vanguarda do imperialismo e dos seus interesses no Médio Oriente.

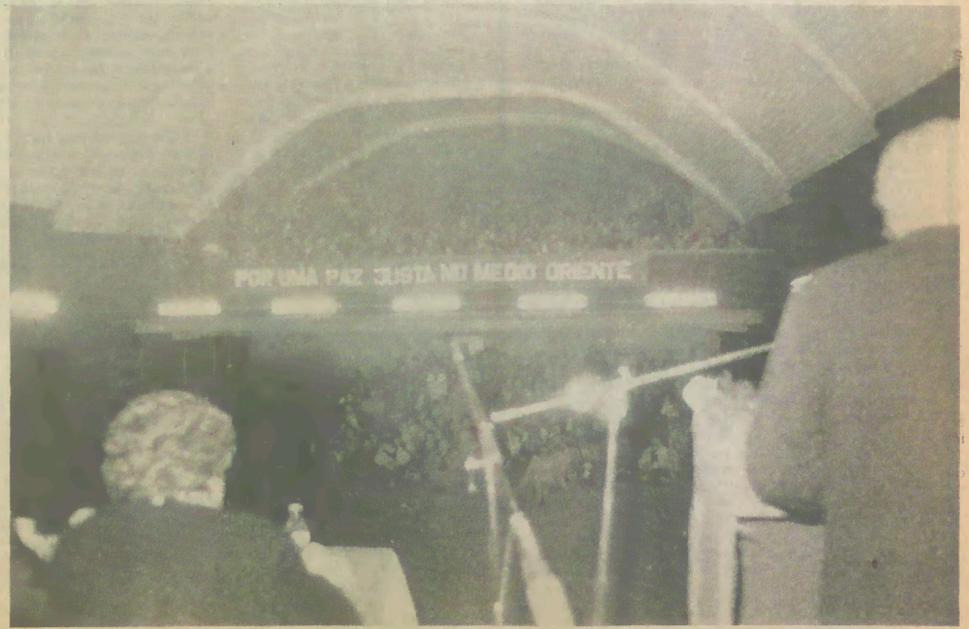
Camaradas e Amigos,  
As forças patrióticas libanesas resistiram corajosamente contra a 6.ª Frota americana e o New Jersey, que vieram em protecção do regime falangista e fascista; o povo libanês resistiu às bombas de 1400 kg que destruíram vilas e bairros, contrariamente às regras do Direito Internacional Público.

Apesar dos bárbaros bombardeamentos contra alvos civis, as forças nacionais libanesas, em aliança com a Síria, resistiram corajosamente e obrigaram os EUA a retirar as suas tropas e a sua frota do Líbano.

A nossa aliança com a Síria e com todas as forças progressistas continuará até à vitória final.

Para uma paz total no Médio Oriente, é necessário que Israel retire incondicionalmente as suas tropas do Líbano, que retire as suas tropas de todos os territórios ocupados desde 1967; é necessário que haja uma retirada total do Golã Sírio, da Cisjordânia e do Sector Gaza.

Os Acordos bilaterais não conduziram a uma paz total e duradoura no Médio Oriente; os Acordos de Camp David tal como os Acordos de 17 de Maio, entretanto anulados, não resultaram para a paz neste região; é necessário convocar uma Conferência Internacional onde todas as partes envolvidas estarão representadas, incluindo a OLP, única e legítima representante do povo palestino.



**PCP**

**Deputada comunista visita Espinho**

Por iniciativa da Comissão Concelhia de Espinho do PCP deslocou-se no passado dia 13 àquela vila, com o objectivo de prosseguir os contactos que tem desenvolvido na região, no exercício do seu trabalho parlamentar, a camarada Zita Seabra, membro suplente da Comissão Política do CC e deputada pelo distrito de Aveiro.

A visita — durante a qual foi preenchido um vasto programa de contactos — permitiu confirmar a gravidade da situação social no concelho, patente em vários casos como sejam o dos 135 trabalhadores da Lopes da Cruz (sem salários há seis meses) ou dos 54 trabalhadores de «A Vigorosa» despedidos ilegalmente e sem vencimento há um mês por vingança pura e simples do patrão que abandonara a empresa em 1975 e agora a recuperou por ordem do poder judicial.

Impedida de visitar a empresa CORFI (atitude repressiva que a Comissão Concelhia do PCP considerou como reveladora do mais primário sectarismo por parte da administração), Zita Seabra desloca-se depois à Escola Secundária Manuel Laranjeira, tendo trocado impressões com o respectivo Conselho Directivo que pós a deputada comunista ao corrente das carências actuais, nomeadamente a construção de um muro adequado que impeça que a escola seja devassada por indivíduos estranhos.

Da audiência com a Câmara resultou com clareza a falta de vontade política da maioria para contribuir para a busca de soluções que enfrentem a gravidade da situação social no concelho de Espinho, contrariando as ideias e propostas do vereador APU.

No final da visita, à noite, na Escola do Souto, em Anta, Zita Seabra, depois de saudada pelo presidente daquela Junta APU, Fernando Fernandes, expôs a várias dezenas de camaradas e amigos os aspectos essenciais que caracterizam a situação política, nomeadamente a necessidade de reforçar a luta pelo derrube do Governo PS/PSD.

**Covilhã: Partido adquiriu centro de trabalho**

Os comunistas, simpatizantes e amigos da Covilhã estão do parâmetros: o Partido acaba de adquirir pela importância de 4500 contos o edifício onde tem vindo a funcionar o Centro de Trabalho.

Velha aspiração da organização concelhia, a compra do CT vem corresponder também, como salienta uma nota tornada pública a propósito do acontecimento, à crescente implantação do Partido «na nossa cidade, no nosso concelho, em toda a região da Beira Interior».

Para além de constituir a todos os níveis um «passo em frente para a melhoria do trabalho», a decisão de adquirir mais esta casa para o Partido significa também, na perspectiva dos comunistas da Covilhã, «uma manifestação de confiança em que a luta do povo acabará por triunfar, o Governo Soares/Pinto irá para a rua e o Portugal de Abril vencerá».

Mas se o edifício é já propriedade do Partido como resultado de um empréstimo concedido pela caixa central isso não faz diminuir, bem pelo contrário, o entusiasmo e o empenho das organizações e militantes do concelho na campanha de 4500 lançada justamente para pagar a dívida entretanto contraída.

Dai o sentido do apelo chegado à nossa Redacção, dirigido a quantos queiram contribuir para a Campanha, «pelo reforço do PCP, para defender e prosseguir Abril».

**Sesimbra: vale a pena lutar!**

Com a participação de 60 militantes realizou-se recentemente na Sociedade Musical Sesimbrense um Plenário de quadros da organização concelhia de Sesimbra durante o qual foi analisada pormenorizadamente, entre outras questões, a situação social na região.

A reunião, que contou com a presença do camarada Carlos Ramalhes, da Comissão Política do CC, efectuou também um balanço das campanhas organizativas em curso, designadamente a de recrutamento, tendo os presentes considerado que o atraso ainda existente a nível local pode rapidamente ser ultrapassado.

No final da reunião os comunistas presentes aprovaram um documento onde se referem os principais aspectos da vida social de Sesimbra e onde é dado particular destaque à luta dos pescadores e dos pequenos e médios armadores sesimbrenses pela tomada de posse da lista «A» (vencedora das eleições para a «Mutua») e ao escândalo que persiste com a inviabilização, por parte do Governo, da construção da Escola Secundária de Sesimbra (em Sampaio) e Preparatória da Quinta do Conde.

Os participantes chamam ainda a atenção para as «consequências nefastas da integração de Portugal na CEE junto dos pescadores, pequenos e médios comerciantes, industriais e agricultores e indústria hoteleira», precisamente os sectores laborais de «maior peso no concelho».

Sobre a recente adjudicação do porto de Sesimbra, «que o Governo pretendeu pôr demagogicamente sob a batuta do falso plano de emergência para o distrito», o Plenário recordou quanto ele foi objecto da luta dos pescadores e dos sesimbrenses em geral, concluindo que esta cedência do Governo é a prova de que «valeu a pena lutar, vale sempre a pena lutar».

**Alpiarça: desmontada provocação do PS**

A distribuição de um papel assinado pela secção de Alpiarça do Partido Socialista, a propósito da primeira Assembleia da Organização Regional de Santarém do PCP recentemente realizada naquela vila ribatejana com a presença de 500 delegados e 700 convidados, mereceu da Comissão Concelhia do Partido uma nota de esclarecimento dirigida à população que classifica tal «papeleco» de «desvergonhado e provocatório», e na qual se desmontam todas as insinuações e afirmações produzidas.

Começando por afirmar que a realização da referida Assembleia em Alpiarça resultou, por um lado, do facto da Comissão da Feira Nacional da Agricultura ter exigido 110 contos pela utilização da Casa do Campino e, por outro lado, daquela localidade ser «um velho baluarte do PCP», o comunicado salienta depois que o PCP «tratou com a Câmara Municipal de Alpiarça todos os problemas inerentes à Assembleia, respeitando escrupulosamente a independência da Câmara como órgão autárquico». Nesse sentido, foi pedida uma audiência à Câmara tendo posteriormente sido formalizado por escrito o pedido de apoio técnico para algumas questões, tudo se passando dentro da legalidade e com o voto favorável do vereador do PS.

Depois de afirmar que não confundem «alguns desqualificados dirigentes do PS de Alpiarça com a generalidade dos socialistas da nossa terra que não se mostraram nada agastados com a decoração da vila», a Comissão Concelhia do PCP lamenta que a secção local do partido que dirige o Governo «se tenha esquecido de que se encontra instalada, há anos, numa casa propriedade da Câmara Municipal e sem pagar renda».

Por último, o comunicado acentua que os comunistas tudo farão para que o Município «continue a gastar em benefício da população o pouco dinheiro que os sucessivos governos de direita, com e sem o PS, mandam para cá» e que os «perigos estão naqueles que querem fazer voltar uma nova PIDE, as buscas, a violação da correspondência, etc., e que de vez em quando lançam para a rua uns papéis provocatórios», tão-só, no fim de contas, um sinal evidente «da sua degradação política, da sua desorientação e do aproximar da sua demissão do Governo».

**Na região de Castelo Branco carências e problemas agravam-se — conclui C. Distrital do PCP**

O plenário da Comissão Distrital de Castelo Branco do PCP recentemente reunido para analisar a situação da região em todas as esferas da vida política, económica e social concluiu ser absolutamente insustentável o estado a que o Governo PS/PSD deixou chegar as coisas pelo que urge concretizar a sua imediata demissão.

Ao passar em revista a situação nos diversos sectores os 21 membros da Comissão Distrital consideraram que na indústria têxtil se assiste ao agravamento das condições de vida, trabalho e segurança dos trabalhadores, pese embora a ligeira melhoria que o sector atravessa desde há largos meses. Muitos trabalhadores continuam sem receber salários e subsídios, generalizam-se os

contratos a prazo, alonga-se a jornada de trabalho, chegando a atingir as 12 e até as 16 horas diárias.

Conforme sublinha uma nota distribuída aos órgãos de informação a «boa carteira de encomendas existente não é aproveitada para investir, reestruturar e reorganizar o sector», antes se assistindo ao «recurso à falência em empresas sem dificuldades económicas insuperáveis» (caso da Moura e Batista) ou a encerramentos ainda mais duvidosos como aconteceu na M. Figueiredo, após recebimento de um subsídio da Secretaria de Estado do Emprego.

Noutros sectores as coisas parece não irer melhores e enquanto por exemplo na Auto-Mecânica da Beira e na Alprema, promessas falsas e uma

grande irresponsabilidade «contribuem para o agravamento dramático da situação dos trabalhadores que continuam sem receber salários», na Função Pública os trabalhadores «vêm reduzido o seu poder de compra» e têm de lutar para impedir as tentativas de limitação dos seus direitos.

Quanto aos agricultores os seus problemas são semelhantes aos que afligem os homens do campo de todo o País (agravamentos nos custos dos factores de produção, dificulda-

des de escoamento e preços não compensadores) e que se junta, no caso da região, o boicote por parte do Governo ao Projecto de Fregadio da Cova da Beira e a crescente eucalliptização que começou no sul do distrito e já se estende ao norte da serra da Gardunha.

No plano do ensino, salienta ainda o comunicado, verifica-se «um corte de verbas atingindo professores e alunos» e a saúde passa igualmente por investidas ilegais do Governo, nomeadamente as tentativas de

fechar hospitais como aconteceu no Fundão, Idanha-a-Nova e Minas da Panasqueira.

Depois de descrever com algum detalhe a situação das mulheres, jovens e idosos, e dos pequenos e médios comerciantes e industriais o comunicado da Comissão Distrital de Castelo Branco detém-se em várias questões ligadas ao funcionamento do trabalho partidário e ao reforço da organização. A este respeito os participantes na reunião concluíram que quer na campanha de re-

crutamento quer na de dinamização das células de empresa, apesar de ainda não estarem concluídas as respectivas campanhas, os resultados já obtidos (91 novos militantes recrutados) constituem êxitos significativos que reflectem a crescente «confiança e prestígio do Partido no distrito».

A Comissão Distrital de Castelo Branco do PCP decidiu ainda convocar para o dia 9 de Março de 1985 a realização da I Assembleia da Organização Distrital.

**Poder local**

**Valadares luta pelo 91 até à praia**

Justa e antiga aspiração da população de Valadares, em Vila Nova de Gaia, é a extensão da carreira 91 dos STCP até à zona da praia, já que o seu terminus é no centro da freguesia.

A única solução de transporte da população daquela zona, nomeadamente para o Porto, são os agentes privados de camionagem, com horários muito espaçados, sem o melhor percurso e com preços altíssimos.

Recentemente a população de Valadares decidiu-se pela luta. A constituição de uma comissão de luta, numa grande reunião de moradores, e a recolha de cerca de 2500 assinaturas entregues aos STCP, à Câmara de Gaia e ao Ministério dos Transportes, foram as primeiras medidas.

Na Câmara, o vereador do Trânsito e Transportes, da APU, apresentou uma proposta de extensão do 91 à praia, que foi aprovada.

Não tendo, mesmo assim, obtido a resposta decisiva em relação à sua reivindicação, a população de Valadares decidiu nova acção.

E assim, na passada segunda-feira, centenas de populares, gritando palavras de ordem e empunhando panos com a sua exigência, fizeram o desvio do autocarro até à praia onde mais populares o aguardavam com foguetes de vitória. Apesar da ameaça de violência com a presença de jipes da GNR, a população calmamente dialogou com um inspector dos STCP, que se deslocou ao local, e de quem obteve a promessa de uma resposta de encontro com o Conselho de Gerência dos STCP.

Um exemplo de outras lutas do género — a do 94 a Campo, em Valongo — a determinação das populações, com o apoio dos eleitos da APU, há-de fazer vitoriosa esta luta.

**V.N. de Famalicão: De que tem medo o presidente?**

A Comissão Concelhia de V.N. de Famalicão do PCP conta resumidamente em nota à imprensa as anomalias e anticomunismos sorridos que se estão a verificar na Junta de Freguesia do Gavião.

Assim, «como é do conhecimento geral, o ex-secretário da Junta (PS) pediu a suspensão do seu mandato devido ao escândalo da retenção por este de dezenas de contos da Freguesia. Também toda a gente sabe que, na última reunião da AF, esta elegeu um novo secretário — por acaso um elemento da APU. Por estranho que pareça, na passada 5.ª feira, quando o novo secretário se apresentou para tomar posse, o senhor presidente da Junta (considerando-se dono e senhor da Junta) impediu que este assumisse as suas responsabilidades, justificando que não queria comunistas na Junta».

E pergunta a nota do PCP: «De que tem medo o senhor presidente? Também estará envolvido no escândalo? Tem medo que os comunistas lhe descubram as vigarices? Pensa que estamos no tempo da outra senhora, em que só determinados senhores queriam, podiam e mandavam?»

Se é isto, está muito enganado o senhor presidente...» porque o PCP «vai tomar todas as medidas legais para que a lei seja cumprida e os interesses das populações defendidos».

**V.R. de S.º António: a história de uma ilegalidade**

Reportando-se à forma tendenciosa com que o «Jornal do Algarve» publicou uma informação relativa à inspeção mandada fazer pelo MAI à Câmara Municipal de Vila Real de S.º António (na sequência da vergonhosa perseguição que o Governo PS/PSD move contra as Câmaras APU e o Poder Local democrático), a Comissão Coordenadora de VRSA da APU esclarece o seguinte:

«Quando, em Janeiro de 1980, os eleitos da APU tomaram posse, em Vila Real de Santo António, receberam várias «heranças» feitas de situações pouco claras, criadas pela maioria PS/PPD que, até então e desde 1976, havia (des)governado a Câmara Municipal. Uma delas dizia respeito a três prédios construídos com 4 pisos pela empresa José Justo Martins, L.ª. Os quatro pisos ultrapassavam as dimensões legais (Art.º 59 do RGEU) e havia, ainda, um quinto piso sobre um deles, embargado pelo Tribunal de Vila Real de Santo António.

«A empresa tinha construído este piso à revelia de qualquer decisão camarária. A Câmara estava medida em Tribunal por um município, proprietário de um prédio ao lado, o qual se considerava lesado. A mesma maioria PS/PPD havia aprovado toda esta situação com manifesto desprezo pela legislação em vigor e com invocação de argumentos oportunistas que lesavam — a serem integralmente aplicados — a propriedade de um cidadão estrangeiro, edifícios públicos e privados e, imaginem, o próprio Consulado Espanhol. Enfim, fretes...»

«Não contentes com esta situação, já de si ilegal, durante o primeiro mandato em que a APU tinha apenas maioria simples, a aliança PS/PPD aprovou ilegalmente mais um quinto piso sobre cada um dos outros dois prédios. O presidente da Câmara declarou então que, enquanto a situação não estivesse esclarecida nos tribunais, não poderia dar cumprimento a esta deliberação, que considerava nula. Mas, pensam que a inspeção ordenada pelo Governo se ficou a dever à existência destas ilegalidades ou que o sr. inspector propôs algumas medidas contra estas ilegalidades? Não senhor...»

E prossegue o comunicado:

«O que eles acharam mal foi que o presidente da Câmara se tivesse oposto à consumação da ilegalidade, cometida pela maioria PS/PPD. De acordo com eles e também com o Supremo Tribunal Administrativo, embora reconhecendo a decisão da Câmara como ilegal, o presidente deveria ter cumprido a deliberação, porque ela era anulável e não nula. Enfim... entendimento das leis que tem malhas largas para os oportunistas e buraquinhos muito apertados para as pessoas normais.»

Em resumo, «eis pois porque ao presidente da Câmara de Vila Real de Santo António, com este expediente, lhe é levantada uma inspeção: porque não deu cumprimento a uma deliberação ilegal».

**PL-AECOD ajuda Freguesias do Minho**

A Associação dos Eleitos Comunistas e Outros Democratas — P.L.-AECOD, entregou equipamentos para parques infantis nas Freguesias de Antime no concelho de Fafe e Balazar no Concelho de Guimarães, ambas de maioria APU. Estes importantes melhoramentos vêm dotar essas Freguesias de equipamentos virados para o apoio às crianças, que desde há muito os desejavam, mas que não eram possíveis pelas reduzidas verbas que estas freguesias recebem das respectivas Câmaras.

Na entrega destes equipamentos esteve presente uma delegação de eleitos da Freguesia da Cova da Piedade-Alameda, que referiu a importância das verbas recolhidas pela Associação, provenientes das senhas de presença e excedentes de salários que os eleitos comunistas e outros democratas recebem nos órgãos das autarquias locais em que estão eleitos e entregam para melhoramentos nas Freguesias e colectividades.

**Cantinas escolares do Barreiro: mais um «esquecimento»...**

Decididamente, o Governo e nomeadamente este seu ministro Seabra da Educação parecem apostados em atingir as crianças e os jovens! Nem na História atentam: é consabido que os governos antidemocráticos ao menos nessa área sempre se aprimoram (ou se esforçam) na demagogia. Estes, nem isso...

O desabafo vem a propósito de uma nota da Câmara Municipal do Barreiro, a dar conta do não funcionamento das cantinas escolares no concelho — dando também, aliás, a notícia de (mais) um ofício mandado sobre o assunto ao secretário de Estado do Ensino Básico. De facto, a cantina da Escola Preparatória do Barreiro, a da Quinta Nova Teiça, a do Lavradio, e ainda a da Escola Secundária Alfrêdo da Silva não funcionam porque não receberam a verba de arranque para o ano lectivo corrente. As cantinas das escolas secundárias do Barreiro e de Santo André estão em funcionamento desde o início das aulas, servindo centenas de refeições por dia, mas como as outras não tiveram qualquer verba.

Acresce que muitas destas escolas têm défices do ano lectivo 83/84, a cobrir por reforço de verba ministerial.

Depois dos Transportes Escolares e da Acção Social Escolar; das escolas e salas de aula que todos os anos são forçadas a construir — e neste caso, porque autarquia APU, sem qualquer daquelas benemerências dos srs. governadores civis —, será que o Governo pensa atirar para cima das Câmaras a subvenção das cantinas? Quanto à Câmara do Barreiro, o que ela está é «naturalmente preocupada: é um problema do concelho», e do que em qualquer lado é mais precioso — as crianças. Mas em outras autarquias em situação semelhante e sem ligação e o esclarecimento que ali se faz às populações, será que o governo pensa que pode atirar com mais este «pecado» para cima do Poder Local?

**Alcochete — Encontro de eleitos da APU**

É ainda a juventude, através de um programa que denominam «A Juventude constrói o futuro», que está no centro das tarefas imediatas adoptadas pelo 5.º Encontro de Eleitos da APU no concelho de Alcochete.

O Encontro, realizado no dia 9 em instalações da Câmara, reuniu mais de meia centena de participantes que discutiram as carências do concelho e os Planos de Actividades das Juntas de Alcochete e Samouco e o da Câmara para 1985.

Realçadas foram as grandes dificuldades financeiras das autarquias, motivadas pela nunca aplicada Lei das Finanças Locais e agravadas pela transferência de novas competências, especialmente na área da Educação e Ensino, sem as devidas transferências financeiras.

O vasto programa de trabalho aprovado, a propor aos órgãos eleitos, inclui obras de beneficiação várias — em Alcochete e Samouco; a remodelação do mercado municipal —, a inauguração do Museu Municipal, a realização de uma exposição sob o tema «Uma Câmara ao Serviço do Povo» e a de algo que tem a ver ainda com a juventude, mas também com todas as outras camadas da população: os 1.ºs Jogos Desportivos Municipais.

O Encontro — no qual participou o camarada Manuel Sobral, do CC — aprovou moções sobre a não aplicação da Lei das Finanças Locais, o Dia Nacional dos Deficientes, o Ano Internacional da Juventude (que decorre, como se sabe, em 1985), e a situação política e as eleições de 1985.

Nesta última moção é saudada a população da nova freguesia de S. Francisco, recentemente e finalmente criada, e cuja instalação da Junta está também prevista no programa de trabalho aprovado.

**Em Loures prossegue a guerrilha**

Os vereadores do PS/PSD/CDS não aprovaram o Orçamento e Plano de Actividades do município para 1985, na reunião da Câmara de Loures, realizada no dia 11 do corrente.

Segundo informações do serviço de Informações Públicas da Câmara «esta rejeição não foi sequer precedida de quaisquer propostas de alteração apresentadas pelos referidos vereadores, a maioria dos quais já se havia recusado a participar em encontros convocados pelo presidente para a sua discussão prévia, alegando sempre não terem tido tempo para estudar aqueles documentos. Os mesmos vereadores já tinham abandonado a reunião ordinária da Câmara do dia 4 de Dezembro não permitindo, desta forma, que o Orçamento e o Plano de Actividades para 1985 tivesse sido votado naquela altura».

A intenção é clara: os vereadores do PS/PSD/CDS visam prosseguir o seu descarado boicote ao funcionamento do Município de Loures e prejudicar os seus dois mil trabalhadores, manifestando, mais uma vez, o mais completo desprezo pelas graves consequências que as suas atitudes terão, muito em breve, nas actividades das Juntas de Freguesia, das associações humanitárias de Bombeiros Voluntários, nas instituições de carácter social e, no geral, na vida das populações do concelho.

**Vitória!**  
PARA O PARTIDO  
campanha dos MIL CONTOS  
AVANTE COM ABRIL

**O Vitória para o Partido Ultrapassados os 34 mil contos**

A Campanha dos 60 mil contos na qual se encontram vivamente empenhados os militantes e as organizações do Partido do distrito de Lisboa continua a andar a bom ritmo, apresentando resultados significativos e deveras animadores.

Segundo a última informação chegada à nossa redacção, com data de 13 de Dezembro, os contributos das organizações totalizavam 34 524 731\$20, isto é, 57,5 por cento do total, distribuídos da seguinte forma:

ORGANIZAÇÕES	ACUMULADO		
Alenquer	79 130\$00	Vila Franca Xira	1 913 735\$00
Arruda Vinhos	23 700\$00	C.L.L.	10 701 507\$70
Azambuja	68 972\$50	Bandaricos	1 560 832\$60
Cadaval	20 110\$00	Seguros	414 498\$00
Maltra	133 000\$00	Sect. Público	784 810\$00
Lourinhã	22 660\$00	Transportes	2 280 262\$90
Sobral	63 050\$00	Função Pública	636 070\$00
Torres Vedras	240 884\$00	Saúde	1 501 901\$00
Amadora	1 052 884\$00	Informação	282 490\$00
Cascais	1 014 394\$00	Intellectual	1 639 657\$00
Carnaxide	938 411\$00	Sect. Sindical	520 959\$00
Oeiras	261 470\$50	Sipiçor	233 220\$60
Sintra	538 712\$50	Livraria Vitória	17 110\$00
Queluz	896 558\$00	C.T. Vitória	135 723\$00
Loures-Ori.	1 560 589\$00	Diversos	72 840\$00
Loures-Cri.	1 852 345\$00	DOPL	2 840 455\$80
		<b>TOTAIS</b>	<b>34 524 731\$20</b>

**Jornada de luta assinala fuga de Peniche**

**• Comemorações em 6 de Janeiro**

Passam no próximo dia 3 de Janeiro 25 anos sobre a data em que um grupo de militantes comunistas (entre os quais Álvaro Cunhal) concretizava uma corajosa fuga do Forte de Peniche. Para assinalar a efeméride a Comissão Concelhia de Peniche do PCP leva a efeito no dia 6 uma iniciativa de cujo programa constará uma visita ao Forte pelas 10 e 30 horas (guiada por um dos camaradas que participou na fuga) seguida às 12.30 horas de um almoço onde não faltará a caldeirada e que culminará às 15 horas com um comício-festa na lota de Peniche.

Num momento em que o Governo PS/PSD pretende

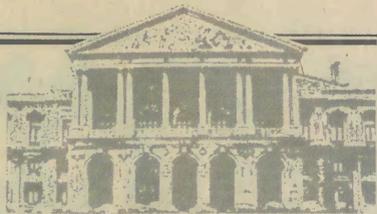
aprovar uma lei de «segurança» em muito semelhante às que outrora serviram para tentar abafar a luta do nosso povo, as comemorações da fuga do Forte de Peniche — hoje um símbolo da resistência antifascista — adquirem um redobrado significado e constituem uma jornada de protesto e de luta de todos os que desejam que o fascismo nunca mais volte a esta terra.

O almoço (350 escudos por pessoa) é aberto a toda a gente devendo as inscrições ser feitas até ao dia 31 de Dezembro para o CT do PCP, Largo D. Pedro V, n.º 15, 2520 Peniche, ou pelo telefone 72744.

**Lenine**  
BIOGRAFIA  
edições Avante!

Trabalhar e construir a vida como Lenine é o ideal mais elevado do homem da nossa época.  
Preço de lançamento: 650\$00

Assembleia da República



Nacional

Mais Mesquita Machado...

Comerciantes de Braga contra a Câmara por causa dos mercados

A maioria PS na Câmara de Braga, com oposição da APU, impôs um regime de abastecimentos aos dois mercados municipais da cidade que prejudica o maior e do mais concorrido (Praça do Comércio) e privilegia o novo mercado do Carandá, ainda apenas parcialmente ocupado por vendedores e com menor afluência. A isto foi acrescentada a decisão de impor aos comerciantes do mercado da Praça do Comércio taxas de ocupação que são o dobro do valor das taxas a pagar pelos comerciantes do mercado do Carandá.

mudar-se para o chamado mercado novo os fornecedores do mercado? Porque é que a nova tabela de taxas da Câmara Municipal de Braga aprovada (ou feita aprovar?) pela maioria PS no dia 15, diz no seu último número que todas as taxas a praticar no novo mercado (exceto a venda de gelo) serão reduzidas para metade? Será isto a tal livre concorrência? Ou haverá outros interesses (por exemplo familiares) no meio de tudo isto? Basta de compadrios e de propolência.

Entretanto, numerosos comunistas e fornecedores do mercado da Praça do Comércio solidarizaram-se com a sua viatura ao bloqueio de protesto que se prolongou por mais de dez horas.

Posição do PCP

A comissão concelhia de Braga do PCP divulgou; também na terça-feira, novo comunicado à população e aos comerciantes em que se afirma nomeadamente:

«É necessário e urgente uma solução justa para o mercado da Praça do Comércio. É urgente rectificar as irresponsáveis decisões da maioria PS na Câmara que prejudicam comerciantes e consumidores. O agravamento da situação e as justas manifestações de protesto dos vendedores e fornecedores lesados confirmam a justeza das preocupações e propostas defendidas pelos eleitos da APU, que são:

— através do diálogo com os principais interessados (vendedores e fornecedores) sejam encontradas soluções que assegurem um tratamento igual para os dois mercados municipais;

— se matenha, entretanto, o esquema de abastecimento anterior para o mercado da Praça do Comércio;

— se garantam taxas justas e iguais pela ocupação dos dois mercados, em vez da desigualdade criada pela taxa proposta pelo PS que obriga os comerciantes do mercado da Praça do Comércio a pagarem o dobro dos comerciantes do mercado do Carandá.

oposição do vereador da APU) votaram o aumento significativo das taxas de ocupação dos lugares do mercado e uma posição discriminatória de «regulamento de Taxas e Licenças» que prevê que os comerciantes da Praça do Comércio paguem o dobro do valor das taxas a pagar pelos comerciantes do mercado do Carandá.

A posição do vereador da APU, além de condenar os aumentos, foi de defesa do tratamento igual para os comerciantes dos dois mercados.

Acções de protesto dos vendedores

Na sessão da Assembleia Municipal de sábado passado, correspondendo ao alerta contido no comunicado do PCP, compareceram centenas de comerciantes do mercado da Praça do Comércio que reclamavam de viva voz um tratamento igual e não discriminatório e puderam observar directamente o modo servil e sem discussão com os eleitos do PS na assembleia seguiram a orientação do seu chefe Mesquita Machado, recusando as propostas da APU para ser garantido um abastecimento eficiente e para a aplicação de taxas justas.

Na terça-feira, foi a vez dos comerciantes que abastecem o mercado da Praça do Comércio de concentrarem com os seus camiões nos acessos, bloqueando o trânsito e manifestando a sua indignação pelas péssimas condições de abastecimento, já que nem espaço bastante possuem aqui para tal. Um comunicado do Movimento dos Pequenos e Médios Comerciantes e Industriais de Braga divulgado no mesmo dia questiona: «Porque foram obrigados a

Esta situação motivou o desenvolvimento de um forte movimento de protesto dos comerciantes, vendedores e abastecedores do mercado da Praça do Comércio, traduzida em plenários, colocação de faixas de protesto no mercado, deslocação à Câmara, etc. Apesar disso, a maioria PS na Câmara e na Assembleia Municipal rejeitando diálogo com os directamente interessados e surda aos prejuízos crescentes para os consumidores, manteve a mesma posição de favoritismo em relação ao mercado do Carandá, que os próprios vendedores afirmam não se poder desligar na instalação naquele mercado de um familiar de Mesquita Machado com um supermercado.

Como refere um comunicado da Comissão Concelhia de Braga do PCP de 14 de Dezembro, «a Câmara Municipal de Braga, em reunião realizada em 7 de Dezembro rejeitou uma proposta do vereador da APU, eng. Casais Baptista, defendendo a manutenção do mesmo esquema de abastecimento aos comerciantes do mercado da praça do Comércio e a busca, pelo diálogo entre todos os interessados, de uma solução que salvaguardasse os interesses de todos e garantisse um abastecimento e boas condições. Esta proposta foi rejeitada pelos votos dos vereadores do PS e de uma abstenção conveniente dos vereadores do PSD e do CDS. Ou seja, a maioria socialista da Câmara preferiu uma posição antidemocrática e de força contra os comerciantes e contra os consumidores, em vez da solução construtiva que o vereador da APU defendia. Na mesma sessão da Câmara, e não contentes com isto, os vereadores do PS e do PSD (com a firme

Jerónimo de Sousa lembrou mais uma vez as responsabilidades governamentais na situação social — 600 mil desempregados, 500 mil trabalhadores com contratos a prazo, empobrecimento das camadas mais desfavorecidas da população — e a «mancha mais negra» da política do Governo, que é a existência de 150 mil trabalhadores com salários em atraso, situação agravada agora com o não pagamento do subsídio de Natal. Por todas estas razões «mas não só», disse o deputado do PCP, «o Governo está freco e cairá como outros que governaram contra Abril».

Joaquim Gomes, na Marinha Grande

Miséria para os reformados milhões para o patronato

No passado domingo realizou-se na Marinha Grande um almoço de confraternização de reformados, alusivo ao Natal, onde esteve presente o camarada Joaquim Gomes, da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP.

Na sua intervenção Joaquim Gomes, além de fazer uma abordagem aprofundada da situação política actual, dizia a dado passo: «Diz-se que não se pode distribuir o que não temos. Isto é verdade. Porém se produzimos metade do que consumimos a culpa não pode ser atribuída aos trabalhadores, mas ao Governo que em vez de uma política que promova o aumento da produção, faz exactamente o contrário. Reduz, destrói, desorganiza todo o aparelho produtivo tal como o exigem o FMI e o imperialismo».

Após denunciar que toda a política económica e social do Governo — seja qual for a área em que se situe — está

na prática sempre orientada para favorecer os mais ricos e poderosos, afirmou: «Assim, enquanto aos reformados e pensionistas se dá um aumento dumhas centenas de escudos, o patronato, com a cumplicidade do Governo, abotoou-se com centenas de milhões: 70 milhões de contos da Previdência Social já eles meteram ao bolso! Que fez o Governo até agora para que este dinheiro seja recuperado? Que medidas tomou para levar a tribunal os indivíduos que gastam em proveito próprio dinheiro que lhes não pertence?».

E Joaquim Gomes pormenorizaria outros esboços e desmandos financeiros consentidos ou apadrinhados pelo Governo: 100 milhões de contos

que o patronato e outros capitalistas subtraem anualmente ao fisco e portanto aos cofres do Estado, 300 milhões de contos, segundo se calcula, de crédito mal parado que o Governo não diz onde «pára». E perguntaria ainda:

«E quantos milhões de contos têm sido consumidos em subsídios para pagar salários em atraso, para viabilizar empresas, que nunca chegaram ao seu destino? E quantos milhões dispendidos em indemnizações a indivíduos que exploraram e oprimiram o povo português durante dezenas e dezenas de anos? Confirma-se assim que as baixas reformas e pensões não são propriamente um problema de falta de recursos, mas fundamentalmente porque o País está a saque».

Ao encontro também esteve presente o dr. Vasco da Gama Fernandes, que representava o Presidente da República.

Advertisement for 'O Militante' magazine. It features a starburst graphic with the word 'VENDA' and a photograph of a crowd holding a banner that reads 'A DEFESA DO POVO DA DEMOCRACIA E DA INDEPENDENCIA NACIONAL EXIGE A DEMISSÃO DO GOVERNO'. Below the photo, there is text about the magazine's content and subscription information.

mento ao PSD através de frechadas dirigidas à coligação e aos desentendimentos que esta tem revelado ao longo dos meses. Quase num apelo, sugerindo que o PCP não deixaria de «aproveitar esta situação». Lucas Pires sublinhou que «existem alternativas entre as forças democráticas»...

Mas que falta de... oportunidade!

O discurso de Mário Soares foi sem inovações. De cada vez que lhe criticam o Governo, zanga-se. Não negando, formalmente, o direito da apresentação de uma moção de censura, o Primeiro-Ministro não se conteve e queixou-se da sua falta de... oportunidade! As razões que invocou para tal inoportunidade são tão espantosas que não resistimos em transcrevê-las:

«Na verdade», disse Mário Soares, «encontrando-nos na semana que precede o Natal, tendo dado entrada no Conselho Nacional do Plano, para apreciação, as Grandes Opções do Plano para 1985, estando, como tem sido anunciado, em fase final de apreciação pelo Governo, para entrar na Assembleia da República, o Orçamento de Estado para 1985, e estando ainda anunciado para final do ano em curso, a apresentação do Programa de Modernização da Economia, que se segue, como foi programado, ao Programa de Recuperação Financeira e Económica, entregue em Julho último ao Conselho Permanente de Concertação Social — não parece ser esta a melhor oportunidade para a introdução na Assembleia de uma moção de censura ao Governo»...

Poupamos os leitores a mais «razões».

O Primeiro-Ministro continua também a achar — é sempre

igual a si próprio, só conseguindo piorar! — que quem censura deve apresentar-se como alternativa. Não quer ele dizer política alternativa, mas sim ter a capacidade de fazer aprovar a censura e de constituir governo. Se não, censurar é perder tempo.

De resto, Mário Soares pretendeu mostrar que a coligação está de pedra e cal, embora o debate, o silêncio do PSD e alguns remoqueos lhe não dessem razão. E foi ao cúmulo de afirmar que o «país suspirou de alívio» quando foi assinado o acordo entre o PS e o PSD!

Acusando o CDS de também não ter feito nada quando esteve no Governo e de servir agora as intenções do PCP, passou de seguida à gabarolice: Que o Governo «invertiu» a situação financeira e económica! Que 1984 foi o ano com menos conflitos sociais! Que a confiança externa no sistema português deu um salto qualitativo! E que vai fazer muito mais, de acordo com as pretensões do CDS, depois de já ter aberto a banca, os seguros, os cimentos e os adubos à «privada». Promessas à direita, ameaças aos trabalhadores e ao país...

Lá fora é pior.

Por outro lado, «lá fora é pior», foi o que o Primeiro-Ministro se esforçou por demonstrar. E, com descaramento, anunciou que a inflação, de Dezembro de 83 a Dezembro de 84, «não excederá 23 ou 24 por cento!» Em Israel, cujo exemplo invocou, ela situa-se nos 1200 por cento. Comparações. Quanto à CEE, o tal «constat d'accord» torna «irreversível» a entrada de Portugal. E o Governo de Soares é tão bom que até «a Espanha não conseguiu tanto!» Fiquemos por aqui no descaramento

Com razões opostas às do CDS PCP vota moção de censura

Para que não restassem dúvidas, logo no final do primeiro dia de debates da moção de censura ao Governo apresentada pelo CDS, o Presidente do grupo parlamentar do PCP, Carlos Brito, anunciaria a posição dos comunistas. A resposta do PCP, quaisquer que fossem as considerações, seria apenas uma: a de votar favoravelmente a moção de censura. Carlos Brito distanciar-se-ia, por outro lado, das mobilizações do CDS, declarando mesmo que o PCP votaria por razões opostas às dos centristas. O agravamento das condições de vida dos trabalhadores, os ataques às conquistas de Abril, o retrocesso económico, os ataques às liberdades por parte do Governo PS/PSD foram motivos suficientes para que o PCP anunciasse desde logo a sua posição.

Quanto às razões do CDS, o dirigente comunista declarou que aquele partido, «no fundo, está contente; acha é que é pouco, queria mais liberalidades para o capital e menos liberdades para os trabalhadores». Então porquê a moção de censura, era a pergunta que não só o Governo — com o ofendidíssimo Soares à frente — mas também os partidos da coligação se colocavam. Jorge Lemos, em pedido de esclarecimento dirigido a Lucas Pires, após a conclusão da fastidiosa leitura do discurso que abriu os debates, sublinhou que o CDS, «que foi a extrema-direita da AD», aparecendo agora a censurar um Governo que mais não fez do que agravar a situação da defunta aliança, pretendia apenas «lançar uma corinha de fumaça nas suas responsabilidades da situação» que agora critica. «O CDS», disse o deputado comunista, «reivindica hoje a política da AD» e gastou metade do tempo a demonstrar mal que não tem alternativa a esta política. A censura a esta Governo», insistiu Jorge Lemos, «tem outras razões, as razões do 25 de Abril, as razões do Portugal democrático».

Tirar o cavalo da chuva

Lucas Pires fez um longo discurso. E, se lhe foi fácil criticar o Governo — entrou mes-

mo em críticas justas, apontando o resultado da política do executivo de Mário Soares, a baixa dos salários, a inflação, os salários em atraso, o desemprego — as razões que encontrou para o descalabro não colhem nem foram convincentes. A culpa, pretendeu demonstrar, é do socialismo, a culpa é da Constituição, a culpa, afinal de contas, é de não agravar ainda mais o que grave e mal está.

O sector empresarial do Estado, com as costas largas, foi acusado de tudo; as despesas públicas também. A milagreira solução é a «liberalização» e a «solidariedade nacional», em contraposição com o «Estado Socialista». O dirigente centrista chegou mesmo a afirmar que «o pressuposto do Governo PS/PSD parece mesmo ser o de que para que o Estado Socialista viva, que morram os trabalhadores se necessário».

Para Lucas Pires, as medidas tomadas para remediar este estado de coisas são fracas de mais, acusando o «lay-off» de ser apenas «um aceno irrelevante». Queria mais. E pior.

Criticando o Governo por não ter feito o que o CDS também não conseguiu — Mário Soares não deixaria de lho apontar, cumprimento — o dirigente do CDS, ao mesmo tempo que tirava o cavalo da chuva e se lavava de responsabilidades, acenou demorada-

O Governo e a dependência

O discurso de Mota Pinto, sobre as grandes opções do conceito estratégico de Defesa Nacional terá sido propositadamente vago. Ficou claro que não queria o Governo — nem o Vice-Primeiro-Ministro — discutir na Assembleia da República, detalhadamente, tais opções, mas simplesmente cumprir de modo formal uma determinação da Lei de Defesa que manda o Governo consultar o parlamento sobre tais «opções». Da falta de aprofundamento do debate foi a iniciativa governamental acusada, por vários intervenientes nas sessões da passada semana. O camarada João Amaral, nomeadamente, observou que «o Governo aparece aqui, lamentavelmente preocupado apenas pelo objectivo de pôr a Assembleia da República a dar cobertura a opções e práticas que manifestamente infringem as determinações constitucionais sobre a matéria da defesa nacional».

Mas as intenções do Governo de passar pela rama um debate que se queria profundo e sério, não obstarão a que os deputados procurassem definir melhor o que estava em questão. João Amaral, recordando os objectivos permanentes dos quais decorre «o carácter nacional da política de defesa perante qualquer agressão ou ameaças externas» nos termos da lei, sublinhou que nem na Constituição nem na própria Lei de Defesa Nacional «os compromissos internacionais constituem elementos estruturais da definição da actividade de defesa nacional», em oposição ao que o diploma apresentado por Mota Pinto pretendia, fazendo depender de tais compromissos as opções apresentadas. Para Mota Pinto e para o Governo, a defesa de Portugal integra-se pura e simplesmente no «contexto» da «ameaça russa»...

«O debate que aqui decorre», afirmou João Amaral, «é inequivocamente importante. Se ele precede a definição do conceito de Defesa Nacional precede logicamente tudo o que desse conceito decorre e que não é pouco — é ao fim e ao cabo tudo o que será a actividade de defesa nacional.

«Concretamente, este debate precede a definição do seguinte: «a) do conceito estratégico de defesa nacional, que define os aspectos fundamentais da estratégia global do Estado adoptada para a consecução dos objectivos da política de defesa nacional», cuja aprovação é da competência do Conselho de Ministros, mediante proposta conjunta do Primeiro-Ministro e do ministro da Defesa Nacional, ouvido o Conselho de Chefes de Estado-Maior e precedendo apre-

ciação do Conselho Superior de Defesa Nacional; «b) do conceito estratégico militar, cuja elaboração compete ao Conselho de Chefes de Estado-Maior e que deverá ser aprovado pelo ministro da Defesa Nacional e confirmado pelo Conselho Superior de Defesa Nacional; «c) das missões específicas das Forças Armadas e da manobra militar estratégica, definidas pelo Conselho Superior de Defesa Nacional, mediante proposta do MDN elaborada sob proposta do Conselho de Chefes de Estado-Maior;

«d) do sistema de forças necessárias ao cumprimento das missões das Forças Armadas, cuja definição compete ao Conselho Superior de Defesa Nacional mediante proposta do MDN elaborada sobre projecto do Conselho de Chefes de Estado-Maior; «e) do dispositivo dos sistemas de forças, aprovados pelo MDN sob proposta do Conselho de Chefes de Estado-Maior;

«f) dos projectos de propostas de leis de programação militar adequados ao planeamento a médio prazo destinado ao reequipamento das Forças Armadas e a infra-estruturas de Defesa, e dos projectos de orçamento anual do Ministério de Defesa Nacional, incluindo o das Forças Armadas, cuja elaboração compete ao Conselho Superior Militar e que são apresentadas à Assembleia da República pelo Governo.»

Depois de claramente ter sublinhado as competências da definição de conceitos e de deixar bem explícito o papel do debate a travar antes na Assembleia da República, João Amaral criticou o facto de as «opções» governamentais não

serem rigorosas na descrição da situação do País nos contextos regional e mundial nem na evolução possível de tal situação, nem sequer nas formas de intervenção do País nesse contexto.

«O que se pode dizer do documento que o Governo apresentou a esta Assembleia», disse o deputado comunista, «é que, por um lado não contempla o fundamental das questões, procurando sonegar aquilo que aqui deveria ser discutido; e por outro lado, envolve Portugal num sistema politico-militar que compromete o País e a adopção de uma real política de defesa nacional.»

Chamando a atenção para o facto de o documento governamental, apesar de nada dizer sobre o que deveria, dizer muito «sobre o quadro do desenvolvimento do País em compromissos exteriores», o deputado do PCP sublinhou:

«Desde logo, o Governo condiciona a política de defesa nacional (contra o que está definido na Constituição) no quadro dos compromissos internacionais assumidos! Isto é: não são os compromissos internacionais (e a sua escolha) que resultam da política de defesa nacional, nacionalmente definida. É esta, a política de defesa, que depende e se enquadra nos compromissos internacionais, o que significa, em resumo, que a chamada «política de defesa nacional» é o que sobra, em estreito espaço de manobra, do que exteriormente está e for fixado e imposto ao País pelos dirigentes da NATO e dos EUA!».

Denunciando as cedências que a política governamental manifesta aos interesses estrangeiros, nomeadamente norte-americanos (novas concessões nas Lages, autorização para instalação de rastreio de mísseis, utilização da Base de Beja pela Força Rápida de Intervenção dos EUA, utilização frequente do Tojo por navios e submarinos atómicos, etc.), João Amaral insistiu nos perigos para a segurança nacional que tal política desenvolve. O deputado sublinhou também que a política externa do Governo se torna instrumento da estratégia agressiva dos Estados Unidos, apoiando a corrida aos armamentos, as ingerências, agressões e guerras não declaradas conduzidas pelos

EUA, apoiando a política do apartheid e as actividades contra-revolucionárias, as ditaduras reaccionárias, a provocação aos países socialistas.

«Na definição de ameaças», disse João Amaral, «e na determinação dos objectivos, a NATO vê o País de fora, toma-o por um teatro de operações em que a interdependência nacional, a integridade do território e a liberdade e segurança das populações passam para segundo plano.» E o deputado do PCP chamou a atenção para o facto de, aceitando o envolvimento do País na estratégia da NATO, tal envolvimento «acaba por traduzir-se numa acrescentada vulnerabilidade, criando novas e perigosas dependências».

«É neste quadro», disse, «que transparece de forma evidente o carácter antinacional da política externa e de defesa seguida pelo Governo e a hipocrisia congénita que está subjacente a todo o documento aqui presente.»

Traços essenciais

João Amaral concluiu a sua extensa e documentada intervenção apontando alguns traços essenciais de uma política de defesa que se queira nacional:

- a defesa privilegiada do território nacional, nas suas três parcelas (Continente, Madeira e Açores);
- a defesa das águas territoriais, zona económica exclusiva e fundos marinhos contíguos, bem como dos corredores de ligações aéreas e marítimas interterritoriais;
- a atribuição dessas missões em exclusivo às Forças Armadas portuguesas, dotadas de capacidade autónoma, o que forçosamente tem de compreender o fornecimento dos meios operacionais adequados;
- a resposta adequada às vulnerabilidades resultantes da inserção geográfica da zona continental no quadro da Península Ibérica;
- a afirmação da responsabilidade da soberania nacional e do sistema de defesa nacional em relação aos arquipélagos dos Açores e da Madeira, sem interferências,



venham de onde vierem ou seja a que título for;

• a prioridade para o desenvolvimento económico e para uma política de diversificação das relações externas;

• a preparação contínua e atempada e o enquadramento adequado das populações, com vista à sua passagem à resistência activa e passiva em caso de conflito incidindo no território nacional;

• a definição do comando único e nacional para as Forças Armadas, nas zonas operacionais envolvendo áreas territoriais, marítimas ou aéreas da soberania nacional ou de interesse económico exclusivo nacional;

• a resposta às vulnerabilidades resultantes do afunilamento das fontes de financiamento e de aquisição dos equipamentos necessários para as Forças Armadas;

• a afirmação explícita da exclusividade das missões das Forças Armadas tal como se encontram definidas no art.º 275.º da Constituição, assegurando-lhes os meios de garantir uma defesa militar da República e repudiando qualquer intervenção em missões de segurança interna, o que, sobre ser inconstitucional, conduziria a diminuir-lhes o prestígio e o respeito que lhes é devido por todo o povo português, e dessa forma, a amputá-las de eficácia e operacionalidade;

• o reequacionamento dos compromissos externos, em termos de só deverem subsistir os que sirvam os interesses nacionais e os princípios e objectivos da política de defesa nacional tal como resultam das alíneas anteriores, desde que não acrescentem factores de instabilidade ou perigo para a segurança nacional e desde que não impliquem formas de ingerência ou limitações da soberania.

## Internacional



Especialistas em guerra química foram ver vítimas de Bhopal para melhor aprenderem a fazer outras vítimas

## Bhopal — o valor da vida humana

Os factos terríveis ocorridos na cidade indiana de Bhopal têm vindo a ser divulgados quase como se de catástrofe natural se tratasse. Assim como quem fala de vítimas de um violento sismo, de um tornado, de cheias catastróficas (e não juntos a lista as secas, porque elas atingem em particular países que optaram por uma via de desenvolvimento socialista, passam a ser da exclusiva responsabilidade do poder...). Fala-se portanto da maior catástrofe ecológica de que há memória (escamoteando que frequentemente as catástrofes ecológicas se devem a responsabilidades bem definidas). Fala-se de catástrofe industrial. Vai-se até à lamentação das vítimas: os mortos, as muitas dezenas de milhares que ficaram cegos ou paralisados, as crianças irremediavelmente deformadas que entretanto irão nascer.

Ignora-se o fundamental: os acontecimentos de Bhopal não se reduzem a uma catástrofe. São, sobretudo, um crime. Um crime cometido por uma grande multinacional norte-americana, a terceira entre as empresas químicas dos EUA, e com implantação em cerca de 40 países.

Nessa perspectiva vale a pena referirmos alguns factos ilustrativos. Para que ao menos o assassinato de mais de 2500 pessoas possa ficar como alerta quanto à política das multinacionais e tragédias idênticas possam vir a ser evitadas.

● **Um primeiro elemento:** um relatório preparado pelos peritos da «Union Carbide», em que se afirma que a administração da multinacional norte-americana sabia da existência de importantes defeitos técnicos na empresa onde se registou o acidente. Concretamente já em 1982 haviam sido detectados pelo menos dez defeitos técnicos graves relacionados com o equipamento e a segurança da produção. Referia-se, nomeadamente a possibilidade de fuga de substâncias tóxicas, de inflamação de poeiras, de explosão, e de avarias no sistema de segurança. Convém também lembrar que já anteriormente se haviam registado acidentes mortais.

Só que nem por isso a administração da «Union Carbide» se decidiu a tomar as medidas necessárias para colmatar as deficiências detectadas. As consequências estão à vista, entretanto, mesmo agora, a direcção da multinacional não reconhece a sua responsabilidade no drama que causou. Numa manifestação significativa de mais profundo desprezo pela vida humana. Que inevitavelmente corresponde à lógica do lucro do

próprio sistema capitalista.

● **Um outro facto** que confirma uma realidade mais vasta: não é simplesmente a «Union Carbide» que está em causa, mas em geral a própria prática das multinacionais.

Um grupo de peritos franceses em agricultura da faixa tropical denunciou o grave risco de poluição do meio ambiente na Tailândia, pela utilização de pesticidas. Os mesmos especialistas franceses concluíam, das pesquisas efectuadas, que as multinacionais estão a transferir crescentemente para o sueste asiático as produções mais nocivas sob o ponto de vista de ambiente e saúde (furtando-se aos grandes gastos impostos por regras destinadas a evitar os efeitos poluentes). Mais, para poupar despesas de produção, e para a mais completa utilização de uma mão-de-obra abundante e barata, as multinacionais preferem instalar as suas fábricas nas regiões densamente povoadas das zonas suburbanas. Apesar dos riscos adicionais que tal colocação implica. Uma vez mais o total desprezo pela vida humana, não à escala de uma empresa mas de um sistema.

● **Seis especialistas** de armas químicas, provenientes dos Estados Unidos, RFA, Grã-Bretanha e Canadá foram enviados para Bhopal. Objectivo: estudar o efeito do gás tóxico sobre os organismos humanos. A notícia é da France Press. Não são caso único. Segundo a denúncia de médicos indianos, o afluxo de médicos estrangeiros a Bhopal destina-se a obter pormenores sobre as consequências da inalação do gás, e «não tem nada a ver com o auxílio aos sobreviventes».

E assim se atinge o degrau sinistro de desumanização do sistema capitalista. Já não se trata «apenas» de matar acidentalmente, em aras ao lucro. Trata-se de aproveitar as consequências do crime não preparado para preparar crimes mais monstruosos e esses meticulosamente estudados em laboratório (e como se vê também ao vivo): a guerra química.

Com uma outra diferença. Na guerra a vida humana não tem qualquer valor. Aqui, face ao drama do Bhopal, parece que há quem lhe meça o valor. «As vítimas devem receber uma indemnização equitativa», diz o presidente da «Union Carbide». «Indemnização equitativa» pela vida humana. Um conceito acessível ao presidente de uma multinacional. Mas não àqueles que sofrem as múltiplas e dramáticas consequências da prática do grande capital internacional.

## AMÉRICA CENTRAL

### O isolamento da política de guerra dos EUA

O isolamento dos Estados Unidos em matéria de política externa face à América Central tem vindo a acentuar-se progressivamente, à medida que se torna cada vez mais notório o total desinteresse da administração Reagan na resolução pacífica dos problemas que afectam a região. Enquanto na Cidade do México se sucedem os encontros entre delegações da Nicarágua e dos EUA, e em El Salvador o governo fantoche de Napoleón Duarte ensaia diálogos com os patriotas da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN) e da Frente Democrática Revolucionária (FDR), o cerco militar norte-americano à região acentua-se.

Falhadas todas as tentativas para apresentar à opinião pública internacional as eleições recentemente realizadas na Nicarágua como uma farsa; forçada a reconhecer não desejar a assinatura do acordo de paz de Contadora; falhadas as pressões para isolar internacionalmente a revolução sandinista; incapaz de levar o exército salvadoreño a infringir a desejada derrota aos guerrilheiros, a administração Reagan parece ter optado finalmente por deixar cair a máscara e pôr a nu a sua política.

Atestam-no exemplos tão elucidativos como o envio recentemente de mais uma fragata para o porto hondureño de Cortes, onde estão já diversos navios de guerra norte-americanos prontos para o cerco da Nicarágua. As constantes manobras provocatórias realizadas por esta armada nas águas territoriais nicaraguenses, tanto do Atlântico como do Pacífico, a espionagem electrónica e o desembarque de mercenários da CIA no litoral da Nicarágua, já nem são sequer desmentidas pelas autoridades norte-americanas.

De nada valerá de resto fazê-lo, quando em Washington se afirma publicamente o apoio da administração às actividades anticaraguenses a partir do próprio território dos EUA. Não foi sem alguma perplexidade que a opinião pública acolheu a declaração de um porta-voz do Ministério da Justiça dos EUA, segundo o qual aquele departamento considera não haver nenhuma violação à lei na concessão, por cidadãos norte-americanos, de recursos a pessoas, mesmo que estas visem derrubar o

governo de outro país.

Esclarece-se que esta declaração foi feita em resposta às dúvidas suscitadas pelo facto de organizações de extrema-direita norte-americanas estarem a levar a cabo no país uma intensa campanha de recolha de fundos para reforçar a base financeira dos contra-revolucionários anti-sandinistas. Informações divulgadas na imprensa dos EUA dão conta que só uma dessas organizações entregou aos mercenários, nos últimos meses, seis milhões de dólares!

O carácter escandaloso destas declarações reside sobretudo no facto de se oriunda do Ministério da Justiça, que da forma mais linear nega a ilegalidade de uma actividade que viola frontalmente a Lei da Neutralidade do país (que não será cumprida mas que existe) e que proíbe expressamente a ajuda bélica a facções que lutem para derrubar o governo de qualquer nação com a qual não se esteja oficialmente em guerra.

A questão não é nova. O facto do Partido Republicano não possuir a maioria na Câmara dos Representantes havia já levado Reagan, no seu primeiro mandato, a criar um grupo que se autodesignou de «Assistência Cívico-Militar» (CMA), cujo objectivo era o de permitir à CIA contornar as dificuldades levantadas pelos cortes de verbas à contra-revolução na Nicarágua e outros países centro-americanos, por decisão da maioria do Partido Democrata.

O CMA, formado essencialmente por veteranos da guerra do Vietname, apresentou-se

como uma entidade independente, formada pela livre decisão de cidadãos norte-americanos com a missão de prestar todo o auxílio à contra-revolução nicaraguense, admitindo a participação dos seus membros em acções armadas e num financiamento sem controlo nem limites.

O próprio Reagan, em vésperas de eleições, reconheceu a falta de base legal do CMA, mas defendeu a sua existência com base na «bela tradição existente nos Estados Unidos». Embora pareça anedota, a tradição a que Reagan se referia era a da «Brigada Lincoln», que nos anos 30 participou na guerra civil de Espanha contra o fascismo!

#### Um discurso incomodativo

À luz do que se disse, e tendo em conta que em El Salvador, como o próprio presidente reconheceu, quem manda são os EUA — pelo menos no que ao governo diz respeito —, não é de estranhar que o diálogo enclausurado com os guerrilheiros esteja longe de ter quaisquer resultados positivos.

As manifestações de boa vontade declaradas pela guerrilha — libertação de 42 prisioneiros de guerra e proposta de trégua total nos períodos de Natal e Ano Novo — ainda que vivamente saudadas pela Igreja e recebidas com declarado prazer por Napoleón Duarte, foram recusadas pelas chefias militares, que publicamente afirmaram não aceitar quaisquer tréguas.

Compreende-se. O presidente salvadoreño não possui na verdade qualquer poder de decisão, e os militares estão sob a alçada de Washington. O pretensão diálogo apenas interessa para efeitos propagandísticos, entretanto postos de parte sempre que se trata de levar à prática alguma medida que efectivamente contribua para a resolução do conflito.

A consciência desta realidade é cada vez maior, mesmo

entre os que tradicionalmente se inclinam sob a política da Casa Branca. E a gravidade do perigo de alargamento dos conflitos na América Central levá muitos dos dirigentes latino-americanos a assumir frontalmente a sua oposição a Reagan.

Foi justamente o que sucedeu a semana passada nos EUA, onde se deslocou em visita oficial o presidente venezuelano, Jaime Lusinchi.

Discursando perante a Comissão Política da Organização dos Estados Americanos (OEA), Lusinchi afirmou que ninguém deve temer uma América Latina democrática, harmoniosamente desenvolvida, de regimes pluralistas e economias mistas.

Num recado evidente para a administração Reagan, o presidente da Venezuela recordou que os países da América Central não têm conhecido trégua. Vocacionalmente democráticos — salientou — negou-se-lhes de modo sistemático a possibilidade de viver em democracia. Ditaduras anacrónicas e oligarquias irracionais dominaram durante décadas esses países e foram criando o campo propício para os conflitos e para o jogo de interesses estratégicos alheios ao seu destino.

Sublinhando a necessidade de evitar que a situação na área se torne incontrolável e tenha lugar um desencadeamento de graves e incalculáveis implicações, Lusinchi foi peremptório ao afirmar:

**As bases aceites na acta revista de Contadora constituem uma contribuição que ninguém pode negar.**

Esta declaração, feita nos EUA que são justamente os responsáveis pelo facto de ainda não se ter assinado a acta de Contadora, expressa mais do que o repúdio latino-americano pela eventual intervenção militar norte-americana na América Central. Constitui quase um desafio a que a administração Reagan, por mais aventureira que seja, não poderá deixar de prestar a devida atenção.

## URUGUAI

### Reconhecimento do P. Comunista e legalização em Março

A auto-legalização do Partido Comunista do Uruguai, afirmada pela intensa actividade desenvolvida pelos comunistas em todas as organizações de massas em luta pelo retorno à democracia, será reconhecida oficialmente a partir de 1 de Março de 1985 com a tomada de posse do presidente eleito nas eleições gerais de 25 de Novembro, Júlio Maria Sanguinetti.

A legalização do PCU foi anunciada na semana passada pelo respectivo secretário-geral, o camarada Rodney Arismendi, após uma entrevista com o futuro chefe de Estado uruguayo.

Recorde-se que o PCU foi ilegalizado após o golpe de estado militar de 27 de Junho de 1973, tendo a maior parte dos seus dirigentes sido presa ou forçada ao exílio, passando a actividade partidária a desenvolver-se na mais rigorosa clandestinidade.

Foi com o ascenso da luta de massas, que forçou os militares a encetar o processo da passagem progressiva do poder aos civis, que o Partido Comunista do Uruguai encetou o seu próprio processo de auto-legalização. A importância

dos comunistas, lado a lado com os democratas que mais consequentemente combateram a ditadura, é reconhecida por todas as forças políticas do país. E pode dizer-se que mesmo pelos militares ainda no poder, pois é do conhecimento público a participação do PCU nas recentes eleições sob a designação de «Democracia avançada», integrado na Frente Ampla, coligação que agrupa as principais forças de esquerda do país.

O reconhecimento do PCU e a sua legalização em Março próximo constituem assim mais um passo importante para a efectiva democratização do Uruguai, onde apesar das eleições livres continuam em vigor todas as estruturas montadas pela ditadura, nomeada-

mente no que se refere à liberdade política. Esta questão foi de resto tema do diálogo travado entre Arismendi e Júlio Sanguinetti, tendo o primeiro reafirmado a exigência nacional de amnistia e libertação de todos os presos políticos.

O futuro chefe de Estado mantém nesta matéria uma posição diferente da dos comunistas e dos mais vastos sectores da opinião pública, que consideram não se dever esperar até à posse do novo governo para a libertação dos presos políticos.

Como afirmou Liber Seregni, presidente da comissão executiva da Frente Ampla, no decorrer de uma manifestação que juntou largos milhares de pessoas na praça central de Montevideo, enquanto permanecerem na prisão os cerca de 500 patriotas acusados de combater a ditadura é impossível falar de democracia no país.

A questão da amnistia total é eminentemente política e os militares que durante dez anos transformaram o Uruguai num campo de tortura não se decidi-

ram a levá-la a cabo a não ser sob pressão. As manifestações populares que se têm vindo a realizar na capital são bem o indicador da consciência desta realidade. E também a certeza da força do movimento de massas.

Não foi por acaso que fontes da justiça militar fizeram saber, após a manifestação realizada no domingo para exigir a libertação dos presos políticos antes do Natal, que estava em preparação um decreto nesse sentido, ainda que abrangendo apenas alguns deles, designadamente os que já cumpriram mais de metade das penas.

A concretização daquela medida, que se espera a todo o momento, é sem dúvida mais uma vitória popular que importa no entanto prosseguir e aprofundar. Como de resto todos os passos dados no sentido da democracia, onde as boas intenções e as declarações de princípio terão de enfrentar a prova de fogo quando confrontadas com a realidade.

A futuro presidente Sanguinetti tem falado de unidade, de

governo de coligação, de liberdades. Mas não apresentou ainda um verdadeiro programa de acção, não explicou por que via pretende encetar a difícil tarefa de recuperar a economia nacional e de satisfazer as justíssimas reivindicações dos trabalhadores e do povo uruguayo.

A satisfação com o resultado das conversações manifestada pelo camarada Arismendi, assume neste âmbito particular importância. **Ambos estamos preocupados — disse — com a consolidação da transição democrática e a solução da crise económica e social.**

A importância decisiva dos comunistas para a liquidação da ditadura já demonstrou que sem eles e os outros democratas não se constrói a democracia. Abrir as portas das prisões aos que ainda se encontram encarcerados é pois da máxima urgência. O Partido Colorado de Sanguinetti terá de se empenhar também nesta batalha, sob pena do seu mandato se iniciar em Março já marcado pela divisão.

### Congresso do PSOE Onde estão as promessas eleitorais?

Terminou o 30.º Congresso do PSOE, o primeiro realizado desde a vitória eleitoral dos socialistas espanhóis nas eleições legislativas de Outubro de 1982. E uma primeira conclusão se impõe por si. Os temas centrais do Congresso foram os mesmos da campanha eleitoral que deu a vitória ao PSOE — e não se lhes pode negar a mais premente actualidade: situação económica do País e posição a assumir quanto à permanência na NATO. Com uma diferença radical. Há dois anos os socialistas espanhóis angariaram votos prometendo uma melhoria da situação económica, que passava pela criação de 800 mil postos de trabalho, e por uma consulta popular relativa à permanência na NATO. Entretanto, não só as promessas eleitorais não foram cumpridas, como o seu não cumprimento surge consagrado no actual Congresso como política de Estado. Em nome do «pragmatismo», do «consenso» ou do «realismo» — pouco importa.

A política seguida pelo PSOE no poder é manifestamente antipopular. Testemunha-o o próprio sentido do voto nas eleições de 82. Testemunham-no igualmente as múltiplas acções de luta e protesto

dos trabalhadores espanhóis, dos metalúrgicos, dos camponeses de Andaluzia, as manifestações dos operários dos estaleiros navais, brutalmente reprimidas (dois mortos), as grandes manifestações contra a permanência na NATO e contra as bases norte-americanas em território espanhol.

Aliás a evolução da situação política e económica do país bem justifica esta reacção popular. Longe estamos das promessas de criação de postos de trabalho — o número total de desempregados já atinge os 3 milhões. E as «reestruturas» de sectores da indústria nacional (como os estaleiros navais) avançadas de acordo com os modelos da CEE, constituem só por si promessa de um agravamento ainda maior da situação.

Aliás, é o próprio PSOE a reconhecer o carácter antipopular da sua política. Em entrevista concedida pouco antes da realização do Congresso, o secretário-geral dos socialistas espanhóis, Felipe Gonzalez, reconheceu, por exemplo, que a maioria da população espanhola era contra a permanência na NATO. Mas «outras razões» levariam a uma diferente posição do governo. Outras razões que teriam a ver com a «estabilidade interna e externa», ou

ainda com a necessidade de um «consenso nacional».

Razões que põem em causa o próprio conteúdo das democracias burguesas e simultaneamente constituem um exemplo significativo do que é a política de forças socialistas e sociais-democratas quando no Poder.

Sem fazer paralelismos abusivos — pois na verdade a política dos socialistas no caso concreto de Portugal destaca-se por uma total falta de respeito pelos interesses nacionais e pelo seguidismo mais estreito em relação a Washington — cabe entretanto lembrar aqui a advertência de Mário Soares ao primeiro-ministro grego, por causa da adesão à CEE, ao chamar a atenção para «os riscos que a paz e a democracia podem correr se for inviabilizado o projecto de reforço da solidariedade europeia em que o alargamento se traduziria».

Um testemunho mais das diferentes razões dos povos e de partidos e governos que agitam entretanto a bandeira do socialismo, quando se trata de angariar votos. Para depois levarem a cabo — no poder — políticas contrárias aos interesses que se comprometeram a defender.

● **Moçambique, terrorista faz mais vítimas** — A Renamo, grupo terrorista que conta com o apoio decisivo da África do Sul, assassinou mais 11 pessoas, entre as quais um português. Um facto que não se pode deixar passar em branco, como coisas que se vão tornando rotineiras, tanto mais quanto se vão acumulando denúncias quanto aos apoios e livre campo de acção com que os bandos terroristas que actuam em Angola e Moçambique contam aqui, em Portugal. De lembrar, simultaneamente, as recentes declarações do dirigente do MPLA-PT, Lúcio Lara, quanto à utilização preferencial, pela África do Sul, da arma do terrorismo, na sua política dirigida contra a construção de sociedades progressistas em Angola e Moçambique.

● **Natal, solidariedade com os mineiros britânicos** — A greve dos mineiros britânicos contra a programada liquidação de 20 mil postos de trabalho iniciou-se há quase dez meses, assumindo assim o carácter de um dos maiores movimentos grevistas da classe operária na Grã-Bretanha e mesmo na Europa. E enquanto a repressão, sob

as mais diversificadas formas, se abate sobre esta heróica luta, num continuado esforço e a abafar, até como exemplo para os outros sectores de trabalhadores — desenvolve-se, paralelamente, uma ampla solidariedade nacional e internacional, que constitui um suporte importante, moral e material, aos trabalhadores em defesa do direito elementar ao trabalho. Cerca de 2500 contos por dia, é o ritmo do afluxo dos donativos para o Natal dos filhos dos mineiros. Donativos provenientes de toda a Grã-Bretanha, mas também dos mais diversos pontos do mundo, dos países socialistas, aos Estados Unidos, Suíça, Noruega, Espanha, Kuwait. Um belo exemplo da realidade e do valor da solidariedade internacionalista.

● **Apartheid condenado na ONU** — A Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou a semana passada sete projectos de resolução condenando a África do Sul pelo seu regime de apartheid, enquanto o Conselho de Segurança decidiu, por unanimidade, aplicar o embargo sobre armamentos às importações de armas, munições e veículos militares provenientes da África do Sul.

As resoluções condenam em particular as relações entre

Israel e a África do Sul e a Constituição racista em vigor desde Setembro. Os EUA não escaparam a severas críticas pela sua política de crescente apoio ao governo de Pretória.

A intensidade da campanha em curso contra o apartheid está entretanto a preocupar sectores capitalistas norte-americanos que, segundo o «Washington Post», temem que as medidas tomadas provoquem sérios obstáculos às suas actividades na África do Sul. De acordo com aquele jornal, cerca de 350 empresas dos EUA têm negociado com os racistas de Pretória, totalizando os seus investimentos directos, em 1983, mais de 2,3 biliões de dólares, a que somam mais 12 biliões em empréstimos bancários e investimentos em acções. No primeiro semestre deste ano, as trocas comerciais entre os EUA e a África do Sul ascenderam a 2,75 biliões de dólares.

Foi entretanto divulgada uma resolução do Conselho Mundial das Igrejas, em que se apela à opinião pública internacional para reforçar a pressão política e económica sobre Pretória, de modo a forçá-la a pôr termo à política de segregação racial.

O Conselho exige ainda a total retirada das tropas sul-africanas da Namíbia e a efectiva independência daquele

país, com base na resolução 435 do Conselho de Segurança da ONU.

A Igreja Metodista, por seu turno, acusou a polícia racista de ter assassinado, nos últimos três meses, mais de 200 africanos, e exigiu que fossem investigadas as atrocidades cometidas contra os participantes em manifestações anti-racistas.

As autoridades racistas anunciaram já a sua intenção de aplicar sanções contra aquela igreja e alguns dos seus sacerdotes.

● **Greve geral no sul do Líbano** — A população do sul do Líbano, ocupado por Israel, efectuou na passada sexta-feira uma greve geral de protesto contra a nova onda de repressão sionista que provocou mais três mortos, vinte e um feridos e mais de centena e meia de presos.

Apesar do aparato militar, as escolas, bancos, lojas e instituições públicas estiveram completamente paralisadas.

Continuam entretanto sem dar quaisquer frutos as negociações entre o Líbano e Israel para a retirada das tropas sionistas do sul do país.